

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
ESPECIALIZAÇÃO EM PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO**

**HEGEMONIA POLÍTICA E ELEITORAL DO PSD EM
FREDERICO WESTPHALEN
(1945-1964)**

MONOGRAFIA

Rui Simão Favero

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

**HEGEMONIA POLÍTICA E ELEITORAL DO PSD EM
FREDERICO WESTPHALEN (1945 – 1964)**

por

Rui Simão Favero

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro, do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia e Política, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro.

Orientador: Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann

**Santa Maria, RS, Brasil
2006**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia

**HEGEMONIA POLÍTICA E ELEITORAL DO PSD EM
FREDERICO WESTPHALEN (1945-1964)**

elaborada por
Rui Simão Favero

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Pensamento Político Brasileiro

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Luis Gustavo Mello Grohmann, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Reginaldo Teixeira Perez, Dr. (UFSM)

Marisa Oliveira Natividade, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 06 de março de 2006.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do curso, em especial ao Orientador Gustavo e a Comissão Examinadora, pela compreensão e pelos incentivos e contribuições à produção do conhecimento e aperfeiçoamento pessoal.

Aos familiares, amigos e colegas, pelo apoio e compreensão dado ao longo do curso, possibilitando assim, a conclusão e o bom aproveitamento do mesmo.

Aos entrevistados e aos pesquisadores frederiquenses: Elenice Szatkoski, Wilson Ferigollo e Breno Sponchiado - pelas contribuições à realização deste trabalho.

RESUMO

Monografia
Programa de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro
Universidade Federal de Santa Maria

HEGEMONIA POLÍTICA E ELEITORAL DO PSD EM FREDERICO WESTPHALEN (1945-1964)

AUTOR: RUI SIMÃO FAVERO
ORIENTADOR: LUIS GUSTAVO MELLO GROHMANN
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 06 de março de 2006.

O presente trabalho refere-se às disputas políticas e eleitorais em Frederico Westphalen no período democrático e multipartidário de 1945 a 1964. Tais disputas ocorreram em torno de dois grupos políticos: um ligado ao PSD e outro ao PTB. Como o grupo político ligado ao PSD obteve vitória nas urnas locais em todas as eleições realizadas nos diferentes níveis, a questão central é entender como construiu e como manteve esta hegemonia sobre os demais partidos. Percebe-se que a força do PSD vinha da relação deste com a Igreja local, em especial Padre Vítor Battistella que influenciava os fiéis através do púlpito e controlava várias entidades como escola, hospital, rádio e diversas associações. Por outro lado o PTB se fortalece quando surgem entidades que estavam fora do controle da Igreja, como a Cooperativa, que consolida a base petebista e ameaça a hegemonia do PSD. O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro aborda a formação do grupo político dominante em torno dos elementos influentes do local, o segundo refere-se a consolidação do grupo político dominante com destaque para o poder da Igreja, o terceiro refere-se a nova fase política e cultural surgida a partir do fortalecimento do grupo político antagônico ligado ao PTB. Dentre os temas tratados estão: a formação partidária do pós-45, aspectos do coronelismo e clientelismo político, elite política local, Igreja Católica e anticomunismo, partidos políticos e eleições, história política local.

Palavras Chave: Frederico Westphalen, partidos políticos e eleições, PSD, PTB, elite política local.

ABSTRACT

Monografia
Programa de Pós-Graduação em Pensamento Político Brasileiro
Universidade Federal de Santa Maria

POLICY AND ELECTORAL HEGEMONY OF THE PSD IN FREDERICO WESTPHALEN (1945-1964)

AUTOR: RUI SIMÃO FAVERO
ORIENTADOR: LUIS GUSTAVO MELLO GROHMANN
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 06 de março de 2006.

The present work refers to the policy and electoral disputes in Frederico Westphalen in a democratic and multipartisan period from 1945 to 1964. Such disputes had occurred around two politicians groups: one from PSD and another from PTB. As the politician group from PSD got victory in the local ballot boxes in all the elections carried through in different levels, the central question is to understand how it was constructed and how it was kept the hegemony on the others political parties. It realizes that the force of the PSD came from the relation of this with the local Church, in special Priest Vitor Battistela who influenced the faithful people through the pulpit and controlled some entities like school, hospital, radio and others associations. On the other hand PTB fortifies when appear entities that were out of control from the Church, like Collective, that consolidates the base petebista and threatens the hegemony of PSD. This work is divided in three chapters: the first one approach the formation of the politician group around the local influential elements, the second refers the consolidation of the dominated group with detach of the church power, the third refers to the new politic and cultural phase arisen with the bracing antagonistic politician group joined with PTB. Inside this treat subjects they are: the partisan formation of the one after 1945, colonialism aspects and politician clientelism, the local politics elite, Catholic Church and anti- comunism, political parties and elections, local politics history.

Key Words: Frederico Westphalen, political parties and elections, PSD, PTB, the local politics elite.

LISTA DE SIGLAS

ADP: Ação Democrática Parlamentar
ADP: Aliança Democrática Popular
AIB: Ação Integralista Brasileira
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
ARS: Aliança Republicana Socialista
AHM: Arquivo Histórico Municipal – Frederico Westphalen
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COTRIFRED: Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen
CTG: Centro de Tradições Gaúchas
DN: Jornal Diário de Notícias – Porto Alegre
FAG: Frente Agrária Gaúcha
FD: Frente Democrática
IPM: Inquérito Policial Militar
LEC: Liga Eleitoral Católica
MASTER: Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MTR: Movimento Trabalhista Renovador
NUPERGS: Núcleo de Pesquisa e Documentação Política do RS - Porto Alegre
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PDC: Partido Democrata Cristão
PL: Partido Libertador
PR: Partido Republicano
PRL: Partido Republicano Liberal
PRP: Partido da Representação Popular
PRR: Partido Republicano Riograndense
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PSP: Partido Social Progressista
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
TRE: Tribunal Regional Eleitoral
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
UDN: União Democrática Nacional
UNAC: União dos Agricultores e Criadores – Frederico Westphalen

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. DE DISTRITO A MUNICÍPIO: A FORMAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO DOMINANTE	12
1.1 A Colonização e a Criação do Distrito.....	12
1.2 Herança Política do PRL	14
1.3 Núcleo Integralista - 1936.....	16
1.4 O Triunvirato: a batina, a farda e a caderneta	18
1.5 Coronelismo e Clientelismo Político	19
1.6 A Formação Partidária do Pós-45	22
1.7 Eleições Municipais no Território Palmeirense	26
2. A EMANCIPAÇÃO, A IGREJA E O PSD: A CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO DOMINANTE.....	29
2.1 Elite Política e Intelectuais	29
2.2 A Emancipação e os Elementos “Dirigentes” Locais	32
2.3 As Eleições em 1955: a chegada ao governo municipal	34
2.4 A Vitória de Brizola e os Redutos Petebistas	35
2.5 As Eleições de 59 e a Permanência no Poder	36
2.6 A LEC: anti-comunismo e anti-petebismo	38
2.7 O “Perigo Comunista” e a Tutela Política dos Camponeses	41
2.8 A Construção da Catedral e a Cristalização do Poder da Igreja e do Padre.....	43
2.9 O Controle das Informações	45
3. UMA NOVA FASE POLÍTICA E CULTURAL.....	48
3.1 A Criação de Novas Entidades	48
3.2 O “Ginásio” e o Desenvolvimento Cultural	49
3.3 A Cooperativa e o Fortalecimento da Base Petebista	52
3.4 As Eleições de 63: acirramento da disputa e fraude	54
3.5 O Golpe de 64 e a Repressão Política	57
CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
ANEXOS.....	68
Outras Fontes.....	68
Estatísticas Eleitorais Comparativas: 1945 -1964.....	71

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a problemática das disputas político-eleitorais em Frederico Westphalen, no período de 1945-1964, seja como distrito de Palmeira das Missões (1945-1954) ou como município emancipado (1955-1964). Refere-se a hegemonia política e eleitoral do PSD, no período democrático e multipartidário. Aqui deve ser entendido por hegemonia a predominância sobre os demais partidos, a potência eleitoral que deu sucessivas vitórias aquele partido e permitiu que um grupo político permanecesse no poder nas três primeiras administrações municipais em Frederico Westphalen.

O tema foi escolhido em função das sucessivas vitórias obtidas pelo PSD no local em todos os níveis eleitorais, constituindo-se num fenômeno político relevante. Já se produziram várias obras referentes a Frederico Westphalen. Porém a temática político-eleitoral ainda é uma área pouco explorada. As produções existentes são de cunho historiográfico ou mesmo memorialista. Este estudo pretende fazer uma análise sócio-política de aspectos como o voto, as bases partidárias, alianças partidárias, os processos eleitorais e o peso político sobre o eleitorado dos elementos influentes no local.

Como o período é caracterizado como de regime democrático e havia o sistema eleitoral multipartidário, a questão a saber é porque um partido conseguiu se sobrepôr aos demais, tornando-se hegemônico. Quais foram os fatores que tornaram o PSD sobresaliente aos demais partidos? De onde vinha esta potência eleitoral pessedista?

Este trabalho pretende responder estas perguntas e analisar como se davam os processos político-eleitorais em Frederico Westphalen no período de 1945-1964. Desta forma, se fará menção as articulações políticas dos elementos mais influentes no local, procurando identificar quais eram estes elementos, como estavam interligados e a constituição do grupo político hegemônico liderado pelo PSD. Desta forma terá destaque o poder da Igreja e a influência do padre Vítor Battistella na esfera política local e na mentalidade dos fiéis,

procurando saber de que maneira esta influência foi decisiva na consolidação do pensamento político liberal-conservador em Frederico Westphalen.

O primeiro passo na pesquisa foi coletar dados das eleições, que foram obtidos através da historiografia local e do NUPERGS (Núcleo de Pesquisa e Documentação Política do Rio Grande do Sul). A partir daí, percebeu-se que o PSD venceu todas as eleições em todos os níveis em Frederico Westphalen, e também a região constituía-se numa base eleitoral do partido.

Para compreender o fenômeno do predomínio do PSD, o passo seguinte foi coletar em arquivos fontes primárias, documentos políticos, onde foi possível localizar vasta documentação e entender um pouco da mecânica política local. Dentre esta documentação destacam-se os discursos de Nerone Campos, político influente no período sendo vereador e prefeito. Estes estão datados e identificados, disponíveis no AHM (Arquivo Histórico Municipal), revelam um pouco do pensamento político do grupo dominante e a retórica utilizada conforme o momento histórico.

O segundo passo foi coletar informações com entrevistas a algumas pessoas que participaram do processo político, familiares daqueles ou pessoas que viveram o período em questão. Há que se registrar uma certa reserva de alguns entrevistados em falar sobre “política”, envolvendo o padre Vítor Battistella, especialmente os que conviveram com ele. Ou por uma espécie de temor em relação a figura do padre, ou a memória “falhou”!

Para compreender a constituição dos grupos políticos, as articulações políticas, fatos relevantes e dados históricos, tornou-se necessário uma revisão bibliográfica das produções locais, cujo número é considerável, algumas de caráter historiográfico, outras memorialistas. Em seguida, devido a existência de alguns traços do coronelismo na política local e pelo fato de ser um meio eminentemente rural, foram utilizadas obras acerca do tema de autores como Félix, Leal, Iglesias e Martins. Para entender a formação partidária, o padrão político do estado, a matriz da base partidária pós-45 serviram de referencial os autores Noll e Trindade, que versam sobre o tema.

Como se evidenciou a presença de alguns elementos influentes na política local e a constituição, por assim dizer, de uma elite política e um grupo político hegemônico, tornou-se necessário fazer referências a teoria das elites. Desta forma foram utilizados elementos de Bobbio, Gramsci e Aron relacionados com a realidade local. Referências maiores foram buscadas em Gramsci pelo fato do meio sócio-cultural estudado ser eminentemente rural, católico e de origem italiana, com forte influência dos intelectuais tradicionais, em especial do clero.

A primeira parte do trabalho consiste na formação do grupo político dominante, demonstrando a sua origem a partir de Palmeira das Missões. Será brevemente mencionado o processo de colonização. Neste capítulo será mencionado os antecedentes políticos, como a herança política do PRL, o movimento integralista, os elementos mais influentes que formavam o “triunvirato” e detinham as posições de comando local. A seguir a formação partidária do pós-45, com o padrão político estadual e a matriz de cada partido.

A segunda parte enfocará o processo de emancipação e a consolidação do grupo político dominante, ligado a igreja e ao PSD. Far-se-á menção as articulações políticas, ao poder da igreja, em especial a atuação do Pe. Vítor, e aos processos eleitorais a partir da emancipação. Também as ações da LEC (Liga Eleitoral Católica) e ao anti-comunismo e o antipetebismo desenvolvido pela igreja, criando assim uma espécie de reserva ao PTB entre os fiéis católicos, que eram a maioria absoluta da população.

Na terceira parte será analisado o surgimento de uma nova fase política e cultural. Temos o surgimento de novos atores políticos, instituições fora do controle da Igreja, em especial a cooperativa. Isto fortalecerá o PTB e aumentará a sua base. Assim, com o equilíbrio de forças, a disputa se torna mais acirrada, o que ocasionará uma forte tensão envolvendo os partidários do PSD e PTB. Seja a partir da fraude eleitoral em 1963, bem como a partir do clima de efervescência política em torno das reformas de base e a repressão a partir do golpe de 64.

Espera-se desta forma, que este estudo responda com suficiência as questões propostas e que contribua com elementos novos para se compreender a mentalidade, o imaginário, a história e a realidade sócio-cultural local. Por fim, que suscite novos questionamentos e novas possibilidades de estudo para aqueles que por ventura venham a se dedicar a estes temas analisados.

1. DE DISTRITO A MUNICÍPIO: A FORMAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO DOMINANTE

1.1 A colonização¹ e a Criação do Distrito.

No início do século passado a atual área do município de Frederico Westphalen pertencia a Palmeira das Missões. Constituía uma imensa área devoluta pertencente ao estado, conhecida como o “sertão de Palmeira”. Já no início do século começaram a se instalar colonos, caçadores e também fugitivos. A colonização oficial na região foi coordenada pelo estado a partir da criação da Comissão de Terras e Colonização no ano de 1917 em Palmeira das Missões sob a chefia do Engenheiro Frederico Westphalen.

A partir de 1918 o estado iniciou a abertura da estrada ligando o povoado de Fortaleza (Seberi) até as “águas do mel” (Iraí), fontes minerais. No início de 1919 os trabalhadores desta estrada chegaram ao local que deu origem ao vilarejo de “Barril”. Este nome deve-se ao fato de ali terem encontrado um riacho e improvisado um barril com uma bica para captar água, tornando-se assim um ponto de parada para os migrantes e viajantes descansarem.

Em 1925 Frederico Westphalen centralizou os trabalhos de colonização na vila de Barril, executando o projeto de arruamento e urbanização. Por iniciativa dos elementos representativos do local, em 1928 o Intendente de Palmeira, Cel. Wazulmiro Dutra, criava o Distrito de Frederico Westphalen sendo instalado e oficializado o nome em 1929. Todavia “Barril” ficaria marcado na memória do povo que ainda o usaria por muito tempo, relutando usar o novo nome. Segundo a historiografia local, o nome não agradou nem ao próprio engenheiro, que era adepto do positivismo e não poderia aceitar homenagem em vida.

Durante a década de 1920, no auge da colonização da região do médio Alto Uruguai, fração territorial do nordeste do Rio Grande do Sul, os representantes locais eram Wazulmiro Dutra e Frederico Westphalen, os quais controlavam o poder

¹ Sobre o processo de colonização ver: SPONCHIADO, B. O Positivismo e a colonização do Norte do Rio Grande do Sul. Frederico Westphalen: Ed. URI, 2005. JACOMELLI, J. Frederico Westphalen na lógica do estado Positivista-Castilhisto-Borgista. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002. SZATKOSKI, E; LUFT, C. Frederico Westphalen: Comissão de Terras e coronelismo. Frederico Westphalen: Ed. Marin, 1996.

político e institucional que possuíam por terem organizado e disposto terras para comercializar ou assentar colonos oriundos de outras regiões do estado. (SZATKOSKI, 2003, p. 217).

Nesta primeira fase da história de Frederico Westphalen destacaram-se alguns elementos mais influentes na colônia, entre eles estavam o comerciante Vergínio Cerutti, o Escrivão José Cañellas, o Sub-intendente Cel. Vercidino de Camargo, Major Firmino Costa do Serviço Florestal e Ângelo Michelin, líder da comunidade católica.

No ano de 1932 chegava Pe. Vítor Battistella como vigário da paróquia de Palmeira, com residência fixa no distrito. A criação da Paróquia Santo Antônio ocorreu no ano de 1933. Devido a forte tradição católica dos colonos migrantes este padre viria a ser o principal líder do distrito e do município de Frederico Westphalen, elemento de maior influência na vida social e política do local.

No ano de 1935 chegava João Muniz Reis para assumir a função de Sub-intendente e Sub-delegado de polícia, atuando até 1945. Integrou os chamados “Corpos Provisórios” a serviço do estado nos períodos de agitação política, galgando a carreira militar. Devido ao “poder” que possuía viria a se tornar outro elemento de grande influência na política e na vida social.

Em 1939 é instalada a Inspeção de Terras em Frederico Westphalen, sendo a marca da presença do governo do estado no distrito, pois ali eram indicados cargos de confiança a serviço do governo. Esta instituição organizava a colonização e prestava assistência aos agricultores através de seus funcionários nos serviços de agrimensura, assistência técnica, obras, etc. Dali saíam elementos representativos e influentes na política local nas diversas fases históricas devido a ligação deste órgão com o meio rural, constituindo importante “reserva” para os grupamentos políticos.

As décadas de 20 e 30 caracterizam-se como a primeira fase da vida política local, enquanto as décadas de 40 e 50 constituem a segunda fase política de Frederico Westphalen, período caracterizado pela forte influência do Pe. Vítor na formação da mentalidade popular e pela formação e consolidação do grupo político dominante agregado ao PSD. A década de 60 caracteriza-se como a terceira fase política, devido ao fortalecimento do grupo político de “oposição” liderado pelo PTB, pelo surgimento de novas instituições fora do controle de Pe. Vítor e de seu grupo político, que vão marcar um novo ciclo cultural. Este estudo centraliza a investigação nas décadas de 40, 50 e 60.

Frederico Westphalen possui uma formação étnica variada. Desde os primórdios da colonização chegaram imigrantes italianos, poloneses, alemães, luso-açoritas do Vale do

Taquari conhecidos como “taquarianos”, ucranianos e russos. Além de já haver o elemento afro-descendente denominado de “nacionais” e a presença do povo Kaingang na região.

Sponchiado escreve que em 1943 a paróquia apresentava, o seguinte número de famílias distribuídas entre as etnias; italianas: 764; nacionais: 704; polonesas: 170; alemães: 85 e russas: 24. De famílias numerosas o grupo italiano predominava. “Adventícios das chamadas colônias velhas (...) Nascidos e criados em ambiente eminentemente religioso – transplantado da longínqua Itália – trouxeram consigo profunda fé e vida religiosa”. (SPONCHIADO, 1989, p. 39). Dentre os descendentes de italianos vieram grandes levas da 4ª colônia, “notadamente da paróquia de Nova Palma, cujos moradores, trabalhadores e profundamente católicos, encontraram clima favorável nesta freguesia que se considerava uma filial de Nova Palma”.²

A população era majoritariamente católica, sendo grande a participação dos fiéis na vida e atividades paroquiais. A paróquia possuía várias associações religiosas nas variadas áreas do apostolado. Desta forma foi considerada a “prima inter-pares”³ das paróquias da Diocese de Santa Maria e foi escolhida para ser sede de Diocese na década de 60.

Em 1954 a população da região que viria a constituir o município de Frederico Westphalen no ano seguinte era de 34.217 habitantes, assim distribuída: “Vila Barril 2.156, zona rural 11.745, em Caiçara 6.723, em Palmitinho 9.727 e, em Vicente Dutra 6.022”. (FERIGOLLO, 2005, p. 173). Vemos assim que a ampla maioria da população vivia no meio rural, exercendo a atividade de camponês, visto a região ser caracterizada pela agricultura familiar em pequenas propriedades.

1. 2 Herança Política do PRL.

Há um manifesto do Partido Republicano Liberal, fundado por Flores da Cunha, datado de 15 de novembro de 1932, circulou no então 8º Distrito de Palmeira das Missões (Frederico Westphalen), contando com 327 assinaturas.⁴ Desta forma, fica evidente a força do PRL no então Município de Palmeira.

Tal documento é o primeiro documento político escrito que se sabe, referente à localidade de Frederico Westphalen. Considerando que a Vila de Frederico Westphalen

² Revista Nossa Senhora Auxiliadora, 1997, p. 16.

³ A primeira entre as iguais.

⁴ O Manifesto do Partido Republicano Liberal. Rio Grande do Sul, 15 de Novembro de 1932.

tornou-se distrito em 1928 o grande número de assinaturas revela um apoio maciço, das principais lideranças da época, por exemplo, Vergínio Cerutti, Vercidino Camargo, José Cañellas e Pe. Vitor Battistella, que consta entre as últimas assinaturas, talvez pelo fato de ter chegado em Frederico em 1932. Vale destacar que entre estas assinaturas existe um pequeno número de mulheres.

O PRL é um partido criado para dar respaldo à ação governamental, tanto no nível federal como estadual, congregando todos os elementos beneficiados com a Revolução de 1930, vinculados de uma forma ou de outra à Interventoria, ou os que apoiavam a política de Vargas no plano federal e de Flores da Cunha no estadual. (TRINDADE, 1991, p. 57). (...) o interventor Flores da Cunha decide organizar um novo partido hegemônico para dar-lhe sustentação política, o Partido Republicano Liberal (PRL), cuja forma de organização a partir da classe dirigente do Estado será o modelo da criação, por Vargas, do Partido Social Democrático (PSD). (Ibid.,p. 65).

No período, o PRL se mantém hegemônico na região de Palmeira, uma vez que o coronel Wazulmiro Dutra era quem comandava a política regional e estava entre os quadros estaduais do PRL.

No pós-45, o PSD herda, através do Estado Novo, a classe política e a máquina partidária do antigo Partido Republicano Liberal (PRL), partido governista organizado pelo interventor Flores da Cunha, e também do PRR de Borges de Medeiros, cuja implantação política era mais forte na metade norte do Estado. (TRINDADE, 1991, p. 24).

Tal fato, explica por que a maioria dos que assinaram aquele documento aderiram ao PSD. Também é compreensível que o PSD torna-se o partido hegemônico na região, tendo sua força oriunda de “Palmeira”. A força do PSD em Frederico Westphalen emanava de Palmeira, uma vez que era distrito daquele município até 1955 e, portanto, os sub-diretórios estavam ligados aos diretórios partidários de lá. Palmeira era um forte reduto do PSD, e de lá se originou a primeira geração de políticos, entre eles Eng. Frederico Westphalen, Vercedino Camargo e João Muniz Reis.

Frederico Westphalen estava fortemente ligado a Palmeira das Missões não só pelo fato de ser distrito daquele município, mas também pela posição geográfica. Palmeira era passagem obrigatória na circulação de cargas, gêneros e informações de Santa Maria e Porto Alegre e vice-versa, que eram os grandes centros urbanos com referência para a região na época. Havia uma linha rodo-ferroviária para cargas e passageiros de Irai até Santa Bárbara, estação ferroviária mais próxima, passando por Frederico Westphalen e Palmeira das Missões. A estrada para Porto Alegre na época tinha traçado diferente da atual BR 386. Para ir à capital era preciso passar por Palmeira, bem como para Santa Maria pela atual BR 158. A BR 386 foi asfaltada na década de 70 e somente nesta década é que foi construída a ponte ligando a

região ao Oeste Catarinense. Até então a “troca de influências” com Santa Catarina era mais difícil.

1.3 Núcleo Integralista – 1936.

É importante destacar o fato de haver um núcleo integralista em Frederico Westphalen. Não vamos entrar em detalhe, porém a criação e a extinção do núcleo vão repercutir nos desdobramentos políticos do pós-45. Tal núcleo da AIB (Ação Integralista Brasileira) fora fundado no ano de 1936, chefiado pelo colono Constante Manfrim. Este núcleo funcionou no interior do município, na localidade de Sete de Setembro, agregando colonos dos arredores.

Mons. Vitor registrou no Livro Tombo em 1937.

A vida social da Paróquia foi agitada pelo aparecimento das idéias integralistas que aqui tiveram bom número de aderentes... Encontrara, porém, forte hostilidade nas autoridades civis distritais que contra eles, às vezes disfarçadamente, outras abertamente, moveram feroz e ridícula perseguição. (SPONCHIADO, 1989, p.).

Como em fins de 1937, Getulio Vargas suprimiu os partidos políticos e extinguiu a AIB, houve conflitos entre os integralistas e as autoridades locais:

João Reis, cumprindo determinações, passou a aprisionar os integralistas, seus arquivos, fardamentos e material de propaganda. Como, porém, se tratava de colonos pacíficos, foram logo postos em liberdade, sob vigilância, proibidos, todavia de se afastar de casa sem autorização superior. (BATTISTELLA, 1969, p. 121).

Como no pós-45, boa parte dos simpatizantes do integralismo desembocaram no PRP, a “terceira força em Frederico Westphalen”, o conflito entre João Reis e os integralistas fez com que pelo menos metade do PRP se mostrou irredutível em apoiar o PSD. Sponchiado relata a relação de Pe. Vitor com o Integralismo:

Monsenhor nutria (...), certa simpatia pelo Integralismo. Isto é compreensível: o programa do partido possuía princípios e uma filosofia que se enquadrava com seu pensamento, como o anticomunismo, simpatia pelo fascismo europeu, o nacionalismo, oposição aos sistemas políticos liberais, cultivo de valores autoritários como a disciplina e a ordem, os valores espirituais. (SPONCHIADO, 1989, p. 85).

Sponchiado faz referências ao “relatório secreto”, datado de 1 de dezembro de 1942, que fora remetido por João Reis, Sub-intendente, às autoridades de Palmeira. Pe. Vitor, que nutria simpatia pelo integralismo e pelo fascismo fora taxado de “quinta coluna”. No “relatório secreto” apresentado na obra de Sponchiado constam trechos em que Pe. Vitor é acusado de pregar o integralismo na igreja “aconselhando o povo que serrasem fileiras ao lado do mesmo, que assim indiretava o Brasil”.

Pe. Vitor nutria simpatias por governos fortes e pelo fascismo, especialmente por Mussolini, como registrou em seu diário. Sponchiado cita um registro:

Pela tarde li mais um trecho da vida de Mussolini. Sinto que esse homem exerce uma influência muito grande em mim, a qual pode ser-me útil ou prejudicial, conforme me souber utilizar daquelas lições de vigor, tenacidade, desassombro e altivez, em sentido bom para minha missão que será de paz e de religião. (SPONCHIADO, 1989, p.90).

Além do mais, Sponchiado cita carta enviada por João Reis para as autoridades de Palmeira, datada de 9 de dezembro de 1942, na qual dizia: “Na manifestação conduziram dois bonecos, representando Hitler e Mussolini, a qual terminou na praça pública com a queima daqueles bonecos, o que o vigário neste ponto disse, o que significava a queima de dois cristãos”. (SPONCHIADO, 1989, p. 89). Sponchiado faz a ressalva que Pe. Vitor era contrário as manifestações com desordem e com discursos injuriosos e ofensivos.

Quinta coluna estava na ordem do dia, mesmo em Barril. Num momento de exaltação patriótica extrema, apareceram abusos. Cidadãos beneméritos e honrados, foram apontados e até condenados como quinta colunas. Bastava uma só palavra em língua italiana para serem presos na cadeia ou submetidos à picareta. (SPONCHIADO, 1989, p. 87).

Circulou em Frederico Westphalen um documento, datado de 11 de setembro de 1948, produzido pelos participantes do extinto núcleo Integralista no qual lê-se:

Afim de não pairar duvidas quanto nossas atitudes, em face do momento de apreensões porque está passando nossa extremecida Pátria, declaramos, que somos brasileiros sinceros e estamos prontos as ordens de nossas autoridades, para cumprir o chamado em defesa de nossa soberania. Fomos integralistas, tendo acompanhado essa maldita seita, simplesmente por ignorância, mas, desde que o iminente Presidente da República, em sua carta magna destruiu os partidos, abandonamos por completo essa idéia, colocando-nos como nosso dever no lugar de colonos-soldados do Brasil. Viva o Brasil. Morra o integralismo. Morra o nazi-fascismo.⁵

Elaborado no pós-guerra, mas referindo-se ao ano de 1936, tal documento foi subscrito por mais ou menos 100 assinaturas, dando uma idéia de que tais pessoas estavam sofrendo pressão ou com a derrota do fascismo estariam tentando desvincular sua imagem do integralismo. É importante frisar que mesmo nutrindo simpatia pelo integralismo Pe. Vitor não integrará o PRP, porém optará pelo PSD. Provavelmente pelo fato de que ali estava a força política regional, portanto aliando-se a este grupo político é que ele iria fortalecer a sua liderança.

⁵ Ao Público. Frederico Westphalen, 11 de setembro de 1948.

1.4 O “Triunvirato”: a batina, a farda e a caderneta.

Triunvirato é o termo usado pelo Pe. Vitor para designar o grupo formado por ele, João Muniz Reis e Vergínio Cerutti, em “Barril”. A este “triumvirato”, dizia o padre, deve-se a “solução certa dos interesses gerais de nossa colônia”. O Triunvirato era a síntese da elite política local nos anos 30, 40 e 50. Vejamos: Pe. Vitor, o Pároco, João Muniz Reis, Sub-Delegado e Sub-Prefeito, Vergínio Cerutti, o comerciante mais forte. Eram as pessoas de maior influencia local.

Nos primeiros anos o triunvirato estava unido politicamente sob a bandeira do Partido Social Democrático (PSD), partido da situação. Formavam a “Frente Única Barrilense”. Isto explica as sistemáticas vitórias do situacionismo político registrados nos primórdios. A polarização de forças sustentava um determinismo posicionista. Aos três membros do triunvirato interessava estar com o partido da situação. (SPONCHIADO, 1989, p. 82).

Para Bobbio,

em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político)... (BOBBIO, 1986, p. 385).

O triunvirato sustentava as três principais forças da cidade que em alguns momentos se aliaram e outros se digladiaram. Sponchiado escreve sobre os três componentes do Triunvirato.

O PADRE – Representa a Igreja, a religião. Sua palavra é mandamento; não pode ser contestada (pelo menos pelos fiéis). Cercado de reserva, distinção e prestígio, mormente nas nucleações de origem latina, com predominância do catolicismo. Seu nível intelectual o torna confessor, conselheiro, professor, juiz e, até médico. Monopoliza o social.

O SUB-DELEGADO ou SUB-PREFEITO – Representa o poder público, o Estado e a justiça dos homens. Além do legítimo poder, se impõe pelo temor. Sua vontade é lei. Sua autoridade emana do caudilho superior. Não raro, à sombra da autoridade, abusava do poder com arbitrariedades: o poncho do caudilhismo abafava e desfazia o incidente.

O COMERCIANTE – Simboliza o poder econômico. Possui a maior casa de comércio, sobrepujando as demais. Com os lucros, parte para outras iniciativas (...) Participa em todas as decisões que importam em tentativa de solução para problemas de bem estar geral (...) Exerce liderança na promoção e execução de atividades materiais. Sua visão dos problemas do comércio o torna elemento de consulta. Suas gordas reservas o tornam o “banco dos pobres”, ficando mais aquinhado. Seu poder econômico lhe facilita acesso às autoridades públicas. (SPONCHIADO, 1989, p. 82).

Porém em 1947 a unidade política do triunvirato se rompeu. Vergínio Cerutti passou a integrar o PTB, acabando assim a “Frente Única Barrilense” e no mesmo ano teve um complicado conflito eleitoral com o padre e João Reis, quando concorreu a prefeito de

Palmeira. Mesmo com Vergínio passando para o PTB, os outros dois membros serão as maiores lideranças do PSD local que continua sendo o partido mais forte, ou hegemônico, em Frederico Westphalen. É necessário destacar o papel deste triunvirato no continuísmo pessedista.

1.5 Coronelismo e Clientelismo Político.

Félix (1987, p. 16) define por coronelismo o poder exercido pelos chefes políticos locais sobre as pessoas que deles dependem, visando objetivos eleitorais que permitem a imposição de nomes para cargos que eles indicam. A sua autoridade provém do consenso do grupo social de base local, devido ao seu poder econômico, sendo em geral proprietários de terra. Também delinea traços gerais do coronelismo encontrados também no Rio Grande do Sul.

Situam-se aqui: a admissão do coronel como “benfeitor social” no distrito ou município; de aceitação incontestada de sua autoridade, pelo consenso de seus dependentes e prescindindo de delegação oficial; o papel de intermediário que oferecia ao governo estadual, no aliciamento eleitoral, em troca de reconhecimento social. (FÉLIX, 1987, p 176).

O coronelismo caracterizou-se pelo rígido controle dos chefes políticos locais sobre seu eleitorado. Surgem daí as expressões “currais eleitorais” e “voto de cabresto”, uma vez que o eleitor e o seu voto estavam sob tutela do coronel, como sendo coisa dele. Martins afirma que o eleitorado de um coronel ou chefe político era constituído basicamente por seus clientes, e que o clientelismo político tem raízes na clientela econômica.

Ao contrário da impressão geralmente difundida, os coronéis não eram exclusivamente grandes proprietários de terra. Além de serem, geralmente, grandes fazendeiros, eram geralmente também comerciantes que negociavam com os produtos agrícolas da região, comprando a produção dos sítiantes e dos moradores e agregados de sua área. Ao mesmo tempo, tinham estabelecimentos comerciais com tecidos, secos e molhados, ferramentas, etc. (MARTINS, 1985, pp. 46-47).

Os clientes colocavam-se sob a tutela política do coronel, incluindo pequenos comerciantes. Num sistema político de trocas, o voto era mercadoria, que poderia valer desde presentes, favores e até o “crédito aberto” no estabelecimento comercial. Martins lembra que isto não era manifestação de riqueza e poder, mas que o chefe político necessitava do voto para ter o controle da política municipal. (1985, p. 47).

O coronelismo era eficaz na exclusão política, uma vez que aqueles que não pudessem movimentar uma clientela não conseguiam negociar posições políticas. O poder de um coronel dependia basicamente da sua capacidade de troca. Na relação de clientela, havia uma certa igualdade de mercado, que se dá entre possuidores de mercadorias (favores por votos). Está é para Martins (1985, pp. 47-49 passim) a característica fundamental do clientelismo político.

O coronelismo, no período considerado (República Velha), tem fisionomia bem determinada e não deve ser confundido com outras expressões de coronelismo, encontráveis depois de 1930, quando há mandonismo ou clientelismo, caso do flexível coronelismo de comerciantes e outros agentes urbanos. (IGLESIAS, 1993, p. 211).

Após a Revolução de 30 e principalmente com o golpe do Estado Novo em 1937, o poder dos coronéis ficou mais fraco, uma vez que baseava-se na troca de votos, sem o processo eleitoral não havia o que trocar. Porém não desapareceu por completo, alguns resquícios se mantiveram até por mais tempo.

O coronelismo terá, no entanto, uma presença ainda surpreendente após a queda da ditadura, em 1945, abrigado num partido forte de fazendeiros e antigos coronéis, o PSD, devido justamente à restauração da mecânica eleitoral. (MARTINS, 1985, p. 64).

Com a crescente urbanização e a vinda de profissionais liberais para o interior, o coronel passa a conviver com novos atores na arena política, e o seu poder vai enfraquecendo, o que não quer dizer que tenha acabado. Iglesias (1993, p. 210) escreveu que o chefe político local (coronel)⁶ é em geral o senhor de terras, mas pode ser também o comerciante, o industrial, o padre, ou médico.

A liderança de um coronel também provinha de sua atuação pelos melhoramentos locais, que também servia para silenciar os adversários.

É ao seu interesse e á sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar (...) tudo exige seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança. (LEAL, 1997, p. 58).

Szatkoski (1994, p. 42) caracterizou Pe. Vítor Battistella de “coronel de batina”, que como Pe. Cícero no Ceará liderava os fiéis e camponeses para garantir o poder político de

⁶ Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda a parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis”. LEAL, 1997, p. 58.

seus aliados. Além do mais, caracterizava como um benfeitor do local pelas obras que realizava, como a escola e o hospital.

Observando as obras realizadas por Mons. pode-se perceber que este fazia papel de líder político. Pois obras como as acima citadas seriam de responsabilidade da prefeitura, ou estado, a qual o distrito de Barril pertencia, no caso Palmeira das Missões. (SZATKOSKI, 1994, p. 44).

Com toda a certeza Pe. Vítor desempenhou um papel de “padre-caudilho”, pelo poder de influência que desfrutava e pelas relações políticas que desempenhava com o grupo político hegemônico, que embora fizesse parte, dispunha de certa autonomia em relação ao mesmo. Além do mais, veremos mais adiante a mediação política que o padre realizava com deputados do PSD em troca da recomendação do voto aos fiéis. Sobre o poder do padre Sponchiado escreveu:

Em todos os atos públicos estavam presentes as autoridades políticas, sociais, educacionais, econômicas... Procurava congregiar todos os segmentos da sociedade em torno da Igreja, que, assim, se tornava o ponto gravitacional de toda a população. (1989, p. 81).

Este poder do padre não agradava as autoridades civis. Pela Historiografia local se percebe que várias vezes houve “movimentos” para afastá-lo da paróquia, e vários conflitos com o padre, até com aqueles que eram ou viriam a ser seus aliados. Embora esse poder desagradava autoridades locais era muito útil para elas, especialmente de seu grupo político, o PSD, para se manter no poder.

Uma constante na política nacional é a conciliação. Para a defesa de seus interesses, os grupos dominantes entram sempre em acordo, evitam rupturas e se compõem, de modo a se perpetuarem. Têm diferenças pequenas; como pertencem ao mesmo grupo ou classe, são de origem idêntica, perseguem iguais objetivos, não há motivos para divergências profundas. (IGLÉSIAS, 1993, p. 207).

Neste sentido, houve resquícios do fenômeno coronelista em Frederico Westphalen. Porém como vimos, encaixa-se melhor nos termos “mandonismo” e “clientelismo”. Podemos destacar as ações de Pe. Vítor Battistella, Vergínio Cerutti - conhecido como o “banco dos colonos”, e também João Reis devido ao emprego da força e sua relação com as autoridades e caudilhos maiores. É portanto necessário considerar a influência destes personagens e de suas ações na mecânica eleitoral local, sendo isto um dos fatores do predomínio político eleitoral do PSD em Frederico Westphalen no pós- 45 como veremos adiante.

1.6 A Formação Partidária do pós - 45.

Avaliar a formação partidária do período é importante para entender os desdobramentos e os processos de coligações na política local entre PSD e aliados e PTB, da mesma forma demonstrar elementos das sucessivas vitórias do PSD local e da manutenção do seu grupo político no poder.

Analisaremos os partidos com representação local que são PSD, PTB, PRP, PDC, UDN e PL, os quais se aglomeravam em três blocos: PTB, antiPTB (PSD, UDN, PL, PDC) e a terceira força, o PRP.

No final da ditadura do Estado Novo, quando Getúlio Vargas fez a transição do regime ditatorial para a democratização do país, já se formavam novos partidos. Todavia, no cenário político que se desenhava, quatro partidos se destacariam, três dos quais – a UDN, o PSD e o PTB – estavam constantemente no poder, tanto no Congresso Nacional com na presidência do Brasil. (SZATKOSKI, 2003, p. 54).

No tocante ao PSD, Szatkoski destaca que o PSD era composto por industriais, banqueiros e latifundiários que haviam se beneficiado com os favores políticos do governo varguista durante o Estado Novo. Os latifundiários acabavam influenciando os camponeses, formando “currais eleitorais” (Ibid., p. 55).

...seus primeiros dirigentes foram recrutados entre os administradores de alto nível e os oligarcas políticos favorecidos pela ditadura do Estado Novo. por sua ideologia e atuação, era um partido de centro, tendo à direita a UDN e à esquerda o PTB. (SKIDMORE apud SZATKOSKI, 2003, p. 55).

A UDN era anti-getulista, liderada por Carlos Lacerda. “Pregava o liberalismo econômico; não era a favor do nacionalismo e da intervenção do Estado na economia; questionava o trabalhismo e as leis trabalhistas e colocava-se contra leis governamentais que aumentassem salários ou que protegessem a indústria nacional”. (SZATKOSKI, 2003, p. 55). A UDN fascinava a classe média, mas não tinha apelo nas camadas populares. “Também tinham uma excelente oratória, vestiam-se bem e, em sua maioria, tinham concluído cursos superiores, razão pela qual a UDN ficou conhecida como o “Partido dos Bacharéis”. (Ibid., p. 56).

O PTB “foi inicialmente criado por Getúlio Vargas com o objetivo de atrair o voto dos operários e da classe média-baixa, de todos os que acreditavam no mito do ‘Pai dos Pobres’, pois os votos dos camponeses e dos sindicatos afinados com o governo eram passados ao PSD” (Ibid., p. 56). O PTB possuía fortes ligações com o Estado, via seus burocratas dos Ministérios da Previdência e do Trabalho e sindicalistas próximos ao governo trabalhista. A “segunda geração” petebista encabeçada por Jango e Brizola defendia o nacionalismo e o

trabalhismo. “O PTB seguia as linhas dos partidos socialistas democráticos europeus, e chegou a ser o principal partido de esquerda, mas era marcado pelo personalismo e seu matiz ideológico variava de um Estado para outro”. (SKIDMORE apud SZATKOSKI, 2005, p.57).

Estes eram os três principais partidos do período. Em nível nacional havia a polarização entre PSD – PTB, criados por Vargas e a UDN anti-varguista. Porém tal padrão não se reproduziu no Rio Grande do Sul onde a política tendeu a girar em torno do PTB e de uma coalizão anti-PTB. As forças populistas e conservadoras de certa forma se equilibravam.

Enquanto no nível nacional a aliança hegemônica entre a base rural majoritária do PSD e o respaldo urbano apoiado no PTB estava consolidada, aqui no Estado foram adversários desde 1945 colocando o PSD regional como dissidente da linha nacional do Partido.

O PSD gaúcho, que rompe com a linha nacional de aliança com o PTB, busca associar-se com os partidos menores de orientação conservadora-liberal (PL, UDN) para enfrentar o adversário comum. (NOLL, 1995, p. 15).

A ascensão do PTB no cenário político estadual provocou uma aglutinação antiPTB em torno do PSD como uma reação a tendência de sua hegemonia eleitoral. Este padrão de coligação também se repetirá em nível local, tanto em Frederico Westphalen com na maioria dos municípios no período de 1951 a 1963.

O teste da reprodução das coligações PTB/antiPTB nas eleições para prefeito mostrou que estabeleceram-se dentro do padrão esperado, inclusive ampliando o arco do conglomerado conservador-liberal em torno do partido local mais forte, na medida em que a força do PTB se ampliava. (TRINDADE, 1991, p. 72).

A respeito do crescimento eleitoral do PTB e da aglutinação contrária é interessante destacar o que Gramsci aponta para o que acontece em determinado momento na vida dos grupos políticos quando enfrentam uma “crise de hegemonia”, seja por falência ou porque amplas massas passaram da passividade a atividade política. Para ele, a classe dirigente encontra duas saídas: os “homens providenciais” (chefes carismáticos) ou então:

A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um partido único, que representa melhor e encarna as necessidades de toda a classe, é um fenômeno orgânico e normal, mesmo se o seu ritmo for muito rápido e fulminante em relação aos tempos tranqüilos: representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema existencial dominante e afastar um perigo mortal. (GRAMSCI, 1989, p. 55).

Embora Gramsci não defina como partido apenas os partidos formais é possível uma comparação. Trindade e Noll já apontaram para o fenômeno do anti-petebismo que se criara em torno do PSD, que aumentava o leque de partidos coligados a medida que o PTB ganhava força eleitoral, especialmente nos redutos interioranos pessedistas.

Embora o PTB caracterizava-se como o partido dominante enquanto legenda individual na maioria dos municípios gaúchos no período de 1950 a 1962, na região de Palmeira/Irai e Frederico Westphalen é o PSD que predomina. É interessante uma análise sociológica da distribuição territorial das forças partidárias.

O PTB apresenta sua solidez nas áreas urbanizadas e metade sul do Estado, regiões de latifúndio que ainda se votava por cabresto, em alguns casos.

O PTB está mais solidamente implantado nas cidades consideradas como pólos regionais ou sub-regionais de diferentes regiões do Estado. O trabalhismo, porém, assenta sua força eleitoral mais solidamente em Porto Alegre e na região metropolitana da capital gaúcha. Dispõe também de forte penetração na zona da campanha e Missões onde, embora dominada pelo latifúndio, situam-se cidades tradicionais mas sem base urbana industrial e com setor terciário ocioso. (NOLL, 1994, p. 11).

Observa-se que o PTB domina nas áreas urbanas, região metropolitana e centros regionais e

no conjunto do Estado sua dominação concentra-se, fundamentalmente, em duas grandes áreas geográficas: na fronteira oeste do Estado, dentro de uma faixa contínua de municípios que se ligam de norte a sul, e na zona litorânea, abrangendo os municípios das regiões centrais até o litoral. (NOLL, p. 17).

O PSD que tem a característica nacional de ser um partido de bases rurais tradicionais⁷, predomina na região norte do Estado, de pequenas propriedades, com processo econômico e demográfico dinâmicos e na serra do sudeste, região de latifúndio serrano.

O PSD tem suas bases eleitorais fundamentalmente na metade norte do Estado (com exceção da serra do sudeste), zonas onde predominam as pequenas e médias propriedades rurais, cuja atividade principal da população liga-se ao setor primário. (NOLL, 1994, p. 19).

Noll destaca que embora o PSD seja o principal partido após o PTB, perde progressivamente o eleitorado, mantendo-se dominante em alguns municípios do norte do Estado.

O PL apresenta no Estado uma situação um pouco mais sólida que a UDN. “O PL, representando o liberalismo-tradicional das lutas políticas e revoluções do passado, tem seus bastiões eleitorais nas regiões da pecuária e dos grandes latifúndios” (NOLL, 1994, p. 19). A UDN no Estado apresenta caráter diferente do nacional. “A UDN não reúne, no Rio Grande do Sul, o perfil urbano-rural que deu lastro à formação de sua bancada federal com nomes de

⁷ Gramsci aponta que os industriais utilizam alternadamente todos os partidos (à exceção do antagônico) com vista à um equilíbrio no tabuleiro político. Os agricultores ao contrário, têm um partido permanente e “são ‘politicamente’ muito melhor organizados do que os industriais, atraem mais os intelectuais, são mais ‘permanentes’ nas suas diretrizes.” GRAMSCI, 1989. pp. 29-30.

profissionais liberais reconhecidos. Os municípios de sua implantação coincidem com zonas tradicionais de base rural”. (NOLL, 1994, p. 19).

O caráter marginal da UDN (...), se explica, em parte, pelo fato do liberalismo regional concentrar-se, tradicionalmente, no Partido Libertador, inclusive atraindo intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi um fator decisivo, também no retardamento da fundação, somente em 1954, do Partido Democrata Cristão (PDC). (TRINDADE, 1991, p. 67-68).

Os partidos da terceira força, que estavam fora dos dois blocos principais aos quais às vezes se associavam tinham sua base circunscrita e concorrente, como aponta Noll. O PRP incorporou os antigos integralistas e o PDC atraía intelectuais católicos urbanos.

Finalmente, a distribuição geográfica de votos dos partidos da terceira força permite definir a natureza circunscrita da penetração partidária do PRP e PDC: os pontos de maior concentração localizavam-se na parte norte do Estado, em regiões associadas a imigração italiana e alemã, em com altos índices de prática religiosa comparando-se com as regiões mais descristianizadas do sul. (NOLL, 1994, p. 19).

Szatkoski cita a

preferência do eleitorado negro e também pardo, ou regionalmente identificado como “lusobrasileiro”, pelo PTB, porque esse partido conseguiu uma identificação com as classes trabalhadoras (...) Também havia, regional e historicamente, um preconceito segundo o qual os partidários do PTB eram considerados a “negrada”. Dizia-se também que “aquele sujeito era “petebê” como manifestação de desprezo, termo pejorativo denotando falta de qualidade pela sua postura ideológica e política. (SZATKOSKI, 2003. p. 185).

André Favero lembra que na época se dizia que “se passasse por uma casa de chão batido e tivesse um rádio ligado, um porco na corda, um galo de rinha no terreiro e um cachorro magro podia chegar que era petebê”⁸. Percebe-se aqui claramente o preconceito com os costumes e a condição social das camadas pobres rurais, simpáticas com o PTB.

Adjalmo Cerutti afirma que

tinha muita gente de origem brasileira que era do PTB. (...) As linhas que a gente sabia que eram do PTB, e hoje a gente sabe que eram linhas principalmente de brasileiros. Aqui as grandes famílias, daqui de Frederico, tradicionais, eram PSD. (...) a grande maioria (dos petebistas) eram agricultores, as pessoas do interior... tinham regiões características do PTB como Laranjeiras, Vicente Dutra, Palmitinho. O PSD era mais a cidade.⁹

Euclides Argenta também afirma que “na cidade, o comércio era quase a maioria, acredito que a maioria era do PSD... também os profissionais liberais.”¹⁰

Fica clara uma certa diferenciação étnica do voto, além de uma diferenciação sociológica. Enquanto o centro urbano era preferentemente PSD, o meio rural possuía fortes ligações com o PTB. Vale lembrar que Vergínio Cerutti sempre foi conhecido como “o banco

⁸ Entrevista concedida em setembro de 2005.

⁹ Entrevista concedida em 26 de junho de 2005.

¹⁰ Entrevista concedida em 28 de junho de 2005.

dos colonos” e que Vitalino Cerutti, através da Cooperativa e Giusto Damo pelo frigorífico, todos PTB, estavam ligados ao interior, e que a população e a economia eram predominantemente rural. “É necessário, entretanto, entender por que, após a emancipação de Frederico Westphalen, em 1955, a vitória do PSD ocorreu em todos os pleitos eleitorais, mesmo que o PTB tivesse, aparentemente, a maior base eleitoral.” (SZATKOSKI, 2003. p. 64).

1.7 Eleições Municipais no Território Palmeirense.

Já nas primeiras eleições, enquanto Frederico Westphalen ainda pertencia a Palmeira começou a se formar os blocos políticos locais. De um lado os partidos liberal-conservadores PSD-UDN-PL-PDC que foi se formando como uma frente anti-PTB e de outro o PTB e o PRP, seu aliado também chamado de terceira força.

As eleições municipais de 47 marcaram o início das acirradas disputas entre PSD e PTB e colocou em conflito o chamado “Triunvirato” de Barril, porque os principais personagens políticos do distrito estiveram no centro da disputa.

Pelo PSD concorreu Pompílio Gomes Sobrinho, que venceu as eleições com 5684 votos contra a coligação PTB-PRP-PL-UDN, tendo a frente Vergínio Cerutti, com 1248 votos. Durante a campanha, Vergínio utilizou declarações de boa conduta emitidas por Pe. Vítor e João Reis em que atestavam a boa reputação e o empreendedorismo de Vergínio, que seriam usadas para adquirir trilhadeiras junto aos órgãos governamentais.

Em vista disso, por sua vez, estes publicaram dois boletins: Pe. Vitor (23.10.1947) sem caráter político e João Muniz Reis (27.10.1947) de caráter eminentemente político, protestando, ambos contra a atitude e fazendo nova explanação sobre a personalidade e os méritos de Vergínio. (SPONCHIADO, 1989, p. 92).

Para Pe. Vítor, este foi o eixo da derrota de Vergínio, porém podemos perceber que foi fator decisivo que as principais lideranças do distrito não apoiaram o candidato do local. Sobre a campanha de Vergínio o padre escreveu: “Homem de dinheiro, ambicionando bastante a vitória, o Sr. Cerutti não poupou esforços na propaganda de sua candidatura. Mas faltando-lhe inteligência e habilidade política cometeu erros de tática e promoveu intrigas que lhe valeram uma formidável derrota eleitoral”. (SZATKOSKI, 1994, p. 58). Lembramos que o triunvirato já se rompera quando Vergínio passou para as fileiras do PTB, pois era Getulista.

Em vista da postura do padre, Carlos Luiz Vendruscollo publicou um “a pedido” no *Jornal Diário de Notícias*, no dia 3 de janeiro de 1948 no qual dizia que tal postura não era em defesa da Igreja, porque a população havia deixado de eleger cidadãos católicos exemplares, escolhendo outros “menos dignos”. Lembra que o padre deveria manter-se neutro porque devia obrigações aos dois candidatos, especialmente Vergínio, apoiador de seus empreendimentos.

Estamos fartos de política e enojados de, sempre que vamos a Igreja, para cumprirmos nossos deveres de católicos, toparmos com o púlpito transformado em agência noticiosa extremamente prolixa e enfadonha. (VENDRUSCOLLO apud SZATKOSKI, 2003, p. 70).

Em resposta, foi publicado no *Jornal A Razão de Santa Maria*, outro “a pedido”, descrevendo o movimento publico de apoio ao Pe. Vítor destacando o seu trabalho junto a Paróquia e suas obras em repulsa as acusações daquele artigo.

De todos os recantos do distrito, e mesmo dos vizinhos, começaram a chegar cerrados grupos de povo, uns em caminhões, outros em brilhantes cavalarias. Mais de 12 caminhões trouxeram representantes das mais longínquas localidades. (Ibid., p. 72).

Segundo a mesma autora, tal ato fora organizado por pessoas ligadas ao PSD e contou com a presença do Prefeito de Palmeira, Representantes da Câmara Municipal e Vereadores do Distrito. Na ocasião Pe. Vítor manifestou-se sobre as acusações de imiscuir-se na vida política.

Todo o Pastor de almas é obrigado, por sua missão de mestre do povo a influir prudentemente e colaborar sabiamente para o saneamento da política entendida como arte de governar e para que sejam eleitos aqueles homens que, não a paixão partidária, mas as circunstâncias de pessoa, de lugar, de tempo, de ambiente prometem fazer governo melhor, mais acertado, mais conforme com os interesses da paz, da tranqüilidade, da ordem, da religião, da economia e do bem geral. (SPONCHIADO, 1989, p. 93).

Percebe-se a opção política de Pe. Vítor e a grande reputação que desfrutava, recebendo inclusive telegramas de solidariedade de D. Antônio Reis, Bispo de Santa Maria e dos Deputados Tarso Dutra e Hermes Ferreira de Souza, do PSD.

Outra eleição de grande significado foi a de 1951, de nível municipal. Na ocasião concorreram Alarico Leite do Amaral (PSD-PL) e Josino de Assis (PTB-PRP-UDN), vencendo este último. Foi a única vitória do PTB nos municípios da região neste período. Sponchiado escreveu.

Os últimos, contando com o apoio oficial do governo estadual trabalhista e com maiores meios de propaganda, obtiveram vitória, com uma vantagem de 600 votos. Em Barril, entretanto, venceu nas urnas, por pequena margem de quatro votos, o derrotado. (SPONCHIADO, 1989, p. 94).

Nota-se que em Frederico Westphalen o PTB , mesmo que por poucos votos, não conseguiu superar o PSD. Na ocasião, petebistas divulgaram um “Convite para enterro do Dr. PSD”, morto por “Fracasso Epidêmico”, citando o sobrenome das famílias pessedistas do distrito.

Convida-se a enlutada e inconsolável família e amigos do saudoso PSD. Os restos mortais serão incinerados no crematório ‘JOSINO ASSIS’, as cinzas depositadas e lacradas numa urna cuidadosamente guardada no cemitério do ESQUECIMENTO. (SZATKOSKI, 2003, p. 75).

Porém não aconteceu o prometido pelo PTB, vindo o PSD se tornar o partido de hegemônico regional. Szatkoski lembra que “os dois candidatos eram oriundos de famílias abastadas, proprietárias de extensas áreas de campo e que exerciam um controle político regional”. (2003, p. 71). Neste período já estava surgindo o movimento político pela emancipação, veremos que estas duas eleições influenciaram nos desdobramentos do movimento emancipacionista e nas disputas políticas locais subseqüentes.

Nesta eleição aconteceu um caso polêmico em Iraí, onde o PSD entrou com recurso junto ao TSE visando cassar o mandato do prefeito e vice-prefeito e também pedindo a anulação da diplomação dos vereadores trabalhistas com fundamento na ilegalidade do registro dos mesmos. Este recurso foi apresentado pelos deputados Tarso Dutra do PSD e Soares Filho da UDN, mostrando uma ação dos partidos locais com lideranças estaduais e federais para manter-se no poder. Mas a decisão dos juízes só ocorreu em 1952.

Essa decisão do TSE, além de cassar o mandato e declarar nulos os votos alcançados pelos candidatos trabalhistas, exigiu que o governo municipal de Iraí fosse entregue por Leonel Atílio Mararo, da coligação PTB-PRP e pelo Partido Social Progressista (PSP), que obtivera 2853 votos, a Primo Teston, da coligação PSD – PL – UDN, que obtivera a minoria dos votos, totalizando 1941. (SZATKOSKI, 2003, p. 128).

2. A EMANCIPAÇÃO, A IGREJA E O PSD: A CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO POLÍTICO DOMINANTE

2.1 Elite Política e Intelectuais.

Havia localmente uma elite? É possível identificar uma classe dirigente que exercia influência sobre as decisões locais? Quais eram as minorias que ocupavam posições estratégicas?

Elite tem um sentido amplo, abarcando todos aqueles indivíduos que, nas mais diversas atividades, ocupam as posições mais altas, importantes e privilegiadas da hierarquia, seja em função da riqueza, do poder ou do prestígio. O termo classe política é reservado para uma minoria mais restrita, isto é, para aquela que exerce de fato as funções políticas de governo. A classe dirigente está situada entre a elite e a classe política, abrangendo aqueles indivíduos privilegiados, os quais, ainda que não exerçam funções políticas reais, influenciam os que governam e os que obedecem. (AMANTINO, 1996, p. 75).

É interessante notar a referência que Amantino faz a Aron sobre as categorias dirigentes e comparar com o “Triunvirato” em Frederico Westphalen.

Nas sociedades industriais, diz Aron, as posições de comando são de três espécies: as ocupadas pelos detentores do poder espiritual, a dos detentores do poder militar e político e as dos dirigentes do trabalho coletivo, o poder econômico. (Ibid., 1996. p. 76).

É possível encaixar aí Pe. Vítor, João Muniz Reis e Vergínio Cerutti. Sobre o poder espiritual Aron diz que é exercido pelos Sacerdotes, intelectuais e ideólogos. “O poder espiritual é exercido pelas minorias, que estabelecem a ordem dos valores, que dizem o que é verdadeiro e o que é falso, que formam as maneiras de pensar, que ensinam a religião, que agem sobre o espírito do homem, sobre suas maneiras de pensar e de julgar.” (Ibid., 1996, p.

76). É interessante comparar esta definição com a prática do “controle das mentalidades”¹¹ exercida pelo Pe. Vítor.

Com relação aos intelectuais, Aron diz que a influência que possuem e o fato de pertencerem a classe dirigente se deve ao saber que possuem, necessário ao funcionamento da sociedade moderna, como lembra Amantino, e

aquilo que Aron chama de vocação clerical dos intelectuais: ‘o direito e a capacidade de falar, não tanto em função dos seus conhecimentos sobre um determinado assunto, mas em virtude da autoridade moral que lhes confere a profissão exercida e as virtudes ou a cultura que lhe atribuem. (1996. p. 79).

Aqui podemos destacar a figura do Pe. Vítor como a que mais se encaixa nesta definição. Sobre a questão da influência, retomamos o Triunvirato, e comparamos com esta argumentação de Dahl:

Quando ouvimos dizer que A é muito influente, vale a pena indagar: Influyente sobre que atores, com respeito a que assuntos? (...) estudos pioneiros sobre a questão do poder nas comunidades não deram atenção à possibilidade de que os líderes comunitários pudessem exercer influência em alguns terrenos mas não em outros. (DAHL apud AMANTINO, 1996, p. 142).

Nesse sentido, a influência é especializada, sendo difícil identificar uma elite homogênea no poder, que também é desigual. “Isso significa que pessoas pobres em certos recursos, como riqueza ou status, podem dispor de outros recursos, tais como votos, organização em grupos políticos, poder econômico coletivo.”(AMANTINO, 1996, p. 143).

Sobre a possibilidade de uma elite unificada do poder Amantino escreve a argumentação de Aron:

Além de não haver proporcionalidade entre a potência econômica e a potência política, a sociedade comporta inúmeras relações de comando e de obediência. O indivíduo ora comanda, ora obedece, seja por causa da hierarquia própria das organizações complexas, seja pela multiplicidade dos subsistemas sociais a que cada um pertence. (AMANTINO, 1996. p.143).

No imaginário e na historiografia local ficaram marcadas algumas figuras como “intelectuais”, que pela atuação influenciavam o pensamento político local. Foram Pe. Vítor, Dr. Ênio (médico), Dr. Leonel Flores da Rosa (advogado) e o professor Nerone Campos. Embora se lembre deles como pessoas cultas, vê-se também que tinham uma “função” de intelectuais dentro do grupo político dominante.

Para Gramsci existem duas categorias de intelectuais : os orgânicos e os tradicionais. Descreve os primeiros;

¹¹ Em relação a acomodação do cristianismo em geral às diferentes épocas e países Gramsci afirma “que o clero de todas as igrejas funcionou em determinadas ocasiões como opinião pública, na ausência de um partido intermediário e de uma imprensa deste partido.” GRAMSCI, 1989, p. 354.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (...). (GRAMSCI, 1989, p. 3)

E a categoria dos tradicionais:

Cada grupo social “essencial”, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou (...) categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.” (Ibid., p. 5).

Para ele, a mais típica categoria dos intelectuais deste tipo é a dos eclesiásticos que monopolizaram durante muito tempo alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, através da escola, da instrução, da moral, da justiça, da beneficência, da assistência, etc. Já mencionamos a influência que o Pe. Vítor detinha através do púlpito da igreja, da Escola Auxiliadora, do Hospital de Caridade, etc.

Gramsci afirma que depois dos eclesiásticos estão os médicos, pelo prestígio e função social desenvolvida de lutar contra a morte e as doenças. No seu livro Pe. Vítor dedica um painel para os médicos onde destaca Dr. Ênnio, líder da UDN e da emancipação. “Pelo caráter benemérito da profissão e pela cultura que geralmente os distingue, os médicos são elementos de relevo no panorama social e suas atividades repercutem na vida dos povos”. Podemos inferir o prestígio destes num meio afastado dos centros urbanos maiores.

Quanto a Dr. Leonel, este sempre foi tido como culto, já tinha exercido a função de Juiz e Prefeito em outras cidades. Chegou a Frederico Westphalen em 1956 elegendo-se vereador mais tarde. Pe. Vítor também lhe dedica um painel onde o descreve como hábil na política, na formulação de idéias e no discurso. Era visto como o “intelectual” do PSD. Já o professor Nerone Campos, destaca-se na política local na década de 60, pelo PDC onde foi eleito vereador duas vezes e depois prefeito pela ARENA. Através de seus discursos¹² percebe-se a boa formação teórica e cultural, o encadeamento de idéias e consistência ideológica dos mesmos.

O padre Vítor reconhece que devido a sua função de pastor de almas influenciava diretamente na política e na opção dos fiéis, e que assim devia fazê-lo, em vista do bem geral, dos fiéis e da religião. Porém para ele o povo não deveria se preocupar com isso, como ele mesmo escreveu em um aviso aos fiéis por ocasião das eleições presidenciais de 1950.

¹² Discursos disponíveis no Arquivo Histórico Municipal. Encontram-se identificados a ocasião e a data em que foram proferidos.

Abster-se de discutir política nas rodas. Os assuntos da boa política são complicados; os do governo e da administração pública mais ainda. É difícil para as pessoas vulgares ter deles uma idéia clara e uma visão de conjunto e formar um juízo acertado. (SPONCHIADO, 1989, p. 94).

Talvez porque pensasse que o povo não teria capacidade ou porque era melhor que continuasse submisso às orientações ideológicas e políticas suas. Sem dúvida, Pe. Vítor foi o que mais se caracterizou como intelectual na função política de formador de opinião dos católicos, grupo predominante, estava ligado ao grupo político hegemônico, os partidos liberais conservadores. Porém desfrutava de uma certa independência deste grupo. Todas estas figuras que vimos caracterizavam-se como intelectuais de tipo rural como descreve Gramsci.

Os intelectuais de tipo rural, são em sua maior parte, “tradicional”, isto é, ligados a massa social camponesa e pequeno-burguesa das cidades (notadamente dos centros menores), ainda não elaborada e movimentada pelo sistema capitalista: este tipo de intelectual põe em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães, etc.) e por esta mesma função, possui uma grande função político-social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. (GRAMSCI, 1989, p. 13).

Nota-se a importância da mediação político-social na preferência partidária, em um meio predominantemente rural cujo povo tinha baixo nível de instrução. Já referimos que o setor comercial e os profissionais liberais da cidade eram identificados em sua maioria com o PSD.

2.2 A Emancipação e os Elementos “Dirigentes” Locais.

O processo de emancipação do então distrito de Frederico Westphalen revela o conflito político entre PSD e PTB. Através dele também se conclui quem fazia parte da classe dirigente, ou seja, quem detinha posição de comando no local, que tomavam as decisões e que reputação desfrutavam.

Segundo a historiografia local, coube a Vergínio Cerutti ser o idealizador da emancipação, o qual em 11 de junho de 49 escreveu a Pe. Vítor Battistella expondo a idéia do novo município, do qual se destaca este trecho:

Muito eu desejaria receber uma opinião vossa a este respeito, pois de acordo com vossa opinião eu seguirei com o trabalho ou desistirei, porque só de vós espero auxílio nesse grande empreendimento. (...) Este é um assunto de interesse coletivo, portanto completamente alheio à política. (BATTISTELLA, 1969, p. 113).

Nos princípios de 1950, Mos. Vítor recebeu uma carta do Deputado Guido Giacomazzi (PTB), que assim dizia:

Após uma pequena palestra que mantive ontem com meu amigo Snr. Vergínio Cerutti, sobre o progresso e o futuro do Distrito de Westphalen, perguntei-lhe porque razão deixam de pleitear a sua emancipação (...)? Respondeu-me ele (...) que a sorte daquele próspero rincão não está nas mãos dele, mas sim tudo isto depende exclusivamente do Snr. Líder daquela região, e do Snr. João Muniz Reis. (SPONCHIADO, 1989, p. 98).

Segundo Pe. Vítor, Dr. Ênio estava em Porto Alegre quando soube que a Assembléia Legislativa em 1953 iria promulgar nova lei sobre a criação de novos municípios e então comunicou-lhe. A esta altura, a idéia de emancipação já estava disseminada e não era mais segredo.

Assim de posse do aviso do Dr. Ênio, convocamos uma reunião dos maiores, estudando a oportunidade do momento e convocamos o povo para uma grande assembléia, marcada para 23 de agosto daquele ano, a qual, posta a par da situação, manifestou pleno apoio ao movimento, elegeu a comissão emancipadora e aprovou a indicação das sub-comissões espalhadas em todo o território emancipado. Pela posição social que desfruta e por ter sido ele a dar o alarme, o Dr. Ênio foi escolhido, unanimemente para presidente, sendo-me atribuída a vice-presidência por duas razões: Minha franca adesão ao movimento e minha posição de pároco que me dava autoridade e facilidade de falar ao povo, cabendo-me assim, na realidade, o papel de pregoeiro da emancipação. (BATTISTELLA, 1969, p. 115).

Aos maiores, pe. Vítor refere-se a alguns elementos mais influentes no local, sendo que pelo que se percebe, naquela primeira reunião ele reuniu pessoas com postura simpática a sua opção partidária, no caso o PSD. Grandes líderes locais, do PTB e PRP não estavam lá. A Comissão emancipadora foi assim composta: Dr. Ênio Flores de Andrade, Pe. Vítor Battistella, Dr. Alcides Cerutti, Augusto Tagliapietra, João Muniz Reis, Nelson Pigatto, Arisoly Martelet, Alfredo Haubert, Arlindo Cerutti e Vergínio Cerutti.

Szatkoski ressalta:

Pré-requisito para fazer parte da comissão Pró-Emancipação era ‘esclarecimento e dinamismo’, razão que levou as lideranças políticas da época a centralizarem o poder de decisão. Também se pode observar que o PSD tinha na Comissão Pró-Emancipação a maioria dos membros, contrapondo-se aos componentes em minoria de partidos como PTB, PRP; o PL não estava representado. (2003, p. 92).

De maneira contrária nas Sub-Comissões, que foram necessárias para o trabalho no interior devido ao vasto território, estavam representados os diversos partidos com organização local: PSD, PTB, PRP, UDN, PDC e PL.

Caso especial dentro da comissão foi o de Vergínio Cerutti (PTB), que acabou dela se retirando, mas trabalhou com afinco e êxito nos bastidores. Sem o trabalho de Vergínio Cerutti e seu interesse, seria praticamente impossível a vitória da causa, pois o comerciante tinha um círculo de amizades políticas muito influente, como mostram as correspondências expedidas por ele a várias lideranças estaduais. (SZATKOSKI, 2003, p. 93).

Algumas análises historiográficas locais afirmam que Vergínio se retirou da comissão devido ser do PTB, partido de Josino Assis, prefeito de Palmeira. Pe, Vítor refere-se a este fato dizendo em seu livro que Vergínio se retirou devido a situação política delicada que a si próprio criara. Outras análises afirmam que não, que Josino sabia do trabalho emancipacionista de Vergínio e que a retirada se deve a disputas políticas locais, como o próprio padre Vítor escreve sua opinião quando surgiu o movimento emancipacionista.

Entretanto, em nossa ambiente social continuavam lavando as dificuldades provocadas pela quebra de unidade política que se criara sob a bandeira do PTB e, mais tarde, de outras agremiações, dividiu o povo resultando a debilidade. Não mais havia a tradicional frente única barrilense. (...) De minha parte, embora nada tivesse a ver com os partidos, dos quais sempre procurei me considerar equidistante, apesar das falsas aparências em contrário, senti-me temeroso de dar mão forte ao Vergínio na Campanha que ele intentava desencadear para conseguir rapidamente a emancipação, entendendo que tal conduta me envolveria em situações difíceis, capazes de ser mal interpretadas, causando graves embaraços ao meu ministério paroquial. (BATTISTELLA, 1969, p. 114).

Szatkoski lembra que em suas cartas, Pe. Vítor deixou claro os atritos existentes e a preocupação com a influência de Vergínio local e dentro do PTB, podendo vir a ser o primeiro prefeito, o que não agradaria a Reis, Pe. Vítor e o PSD.

Após a criação do Município foi cogitada uma candidatura de consenso, onde foram reunidos delegados de todos os partidos com organização local, como se verifica nas credenciais arquivadas no AHM. Szatkoski cita um ofício do PRP local ao Diretório Estadual no qual informavam que o acordo na mesa redonda fracassara “porque a Frente Democrática, achando-se majoritária em votos (mas não em moral) achou conveniente impor ao PRP e ao PTB candidatos a seu bel-prazer e que esses dois não embarcaram em canoa furada que já vinha sendo preparada a muito tempo.” (SZATKOSKI, 2003. p. 98).

Conclui-se que o PSD já tinha Reis como candidato único e desejava o apoio dos demais partidos para oficializar a candidatura. Aqui já se começa a desenhar as disputas políticos-eleitorais locais, entre o PSD e aliados (UDN-PL-PDC) e o PTB e PRP. Estes últimos possuíam forte resistência a Reis e a outros membros do PSD devido as perseguições sofridas quando faziam parte do movimento Integralista.

2.3 As Eleições em 1955: a chegada ao governo municipal.

A primeira eleição municipal foi marcada pela possibilidade de consenso, o que não acabou acontecendo devido ao jogo político do PSD que queria emplacar João Muniz Reis

como candidato único. Mas não era bem visto para o PRP, devido as perseguições que este desenvolveu aos integralistas.

Nesta eleição o PSD, aliado com a UDN e PL disputou com o PRP aliado com o PTB. É provável que o PTB não lançou candidato próprio porque até então não possuía muita força eleitoral no distrito de Frederico Westphalen, apoiando o PRP que já contava com os votos trabalhistas. Neste período o PTB local já havia entrado em conflito com o Pe. Vítor, assim o PRP lançando candidato próprio não seria “vice” do PTB, e seus membros, católicos, não se indisporiam com o padre, como escreveram ao diretório estadual.

Interessante seria que se indicado (Flodoaldo Cruz Neto – PTB) aceitasse a nossa legenda para não dar avazas aos da Frente Democrática de dizerem que andamos ligados com compromissos com os do Partido Trabalhista, um tanto adversos a uma pessoa de influência nesta cidade. (SZATKOSKI, 2003, p. 97).

O PRP não via com bons olhos o apoio do Pe. Vítor a João Muniz Reis e Arisoly Martellet, devido a estes não serem considerados católicos convictos, como se observa pela declaração de Augusto Tagliapietra.

João reis não era católico. Não teve acesso ao estudo, mas era simples e trabalhador e isto bastava para o Mons. O prof. Ivone era trabalhador e católico, com mais cultura. Fiquei chocado, não tinha comparação. Pedi demissão de um cargo na paróquia. Eu era do PRP.¹³

No fim do mesmo ano ocorreram as eleições presidenciais. Em Frederico Westphalen o candidato Juarez Távora (UDN-PDC) fez 53% dos votos, enquanto Plínio Salgado (PRP) 17% e JK (PSD-PTB) 16% dos votos. Nota-se a densidade eleitoral do PRP que conseguiu o segundo lugar e a dissidência do PSD gaúcho e também do local, que não apoiou JK devido a aliança com o PTB.

2.4 A Vitória de Brizola e os Redutos Petebistas.

As eleições para governador em 1958 também foram marcadas por uma disputa apertada entre PSD e PTB em Frederico Westphalen. Venceu Leonel Brizola do PTB, porém em Frederico foi derrotado por pequena margem de 73 votos. Esta pequena margem pode indicar o crescimento da base do PTB. Mas é necessário frisar que nesta eleição o PRP local apoiou Brizola, assim como no estado, contribuindo para a boa aceitação deste nas zonas coloniais italianas e alemãs e nos meios rurais católicos.

¹³ Entrevista concedida dia 29 de julho de 2005.

Os perrepistas de Frederico Westphalen, a exemplo do que ocorria em áreas de colonização alemã e italiana, deram apoio à candidatura ao governo do estado de Leonel de Moura Brizola, que concorreu pelo PTB em 1958. (SZATKOSKI, 2003, p. 43).

Na região o PRP era a terceira força e estava presente em todas as comunidades do interior. Desta forma, era considerado o fiel da balança, fazendo com que PTB e PSD procurassem tê-lo como aliado nas eleições locais, oferecendo a vaga de Vice-Prefeito nas eleições de 1959 e 1963.

Nesta eleição o candidato ao Senado Guido Mondim da coligação PTB-PRP foi o mais votado em Frederico Westphalen, superando pela única vez em nível local os candidatos do PSD e seus aliados. Candidatos identificados com o PTB, mesmo sendo vitoriosos em nível estadual ou federal, não conseguiram maioria de votos em Frederico Westphalen ou Palmeira das Missões. Foi assim com Getúlio Vargas (1950) e Juscelino Kubitsek¹⁴ (1955) para presidente, João Goulart (1955-60) para vice-presidente, Ernesto Dornelles (1950) e Brizola (1958) para governador, Salgado Filho (1947) e Alberto Pasqualini (1950) para senador. As estatísticas eleitorais¹⁵ do período demonstram uma clara preferência regional pelo PSD e uma espécie de aversão ao PTB.

Porém a eleição de Brizola movimentou o PTB regional, principalmente nos redutos do interior. Adjalmo Cerutti afirma que havia redutos eleitorais do PTB no interior do município, como Laranjeiras, Vicente Dutra, Palmitinho, Taquaruçu, locais de presença do elemento luso-brasileiro.¹⁶ Este crescimento do PTB repercutirá nas disputas locais subseqüentes.

2.5 As Eleições de 59: a permanência no poder.

Para as eleições de 59 o PSD local estava trabalhando o nome de Arisoly Martellet para candidato a prefeito, devido ser o nome com mais trânsito popular e com mais probabilidade de vitória. Assim Tarso Dutra se expressou ao correligionário.

Deixo, também, o apelo quase dramático dos companheiros de Frederico Westphalen, para que aceite sua candidatura. (...) O PRP aceitará, possivelmente,

¹⁴ Era candidato pela coligação PSD-PTB tendo Jango como vice. O PSD gaúcho não apoiava as coligações nacionais com o PTB, apoiando o candidato da UDN.

¹⁵ Estatísticas sobre o resultado das eleições em anexo.

¹⁶ Entrevista concedida dia 22 de maio de 2005.

segundo tudo indica. Sua recusa virá criar graves dificuldades e evitar que a Prefeitura fique em mãos honradas e seguras. (SZATKOSKI, 2003, p. 105).

Nerone Campos também escreveu a Martellet dizendo: “O amigo deve compreender a necessidade de sua candidatura para a nossa vitória. Não que não tenhamos aqui outros nomes. Mas o seu é o que mais probabilidade de vencer nos apresenta. Com sua candidatura teremos, aqui, vitória estrondosa”.¹⁷ Percebe-se a preocupação do grupo político hegemônico com a permanência no governo municipal, como destaca Leonel Flores da Rosa em uma reunião da FD (PSD-UDN-PL).

Primeiramente salientou a necessidade da organização da Frente Democrática para as eleições de oito de novembro próximo, para não permitir que o executivo municipal passasse às mãos de partidos adversários. Frizando esta necessidade de continuar a Frente Democrática no governo do município fez o orador sentir a necessidade do trabalho em conjunto, primeiramente no sentido de qualificar novos eleitores para assegurar maior número de votos aos candidatos da Frente Democrática.¹⁸

Por outro lado o PTB estava trabalhando o nome de Vergínio Cerutti, que exercia a função de vereador. Pode-se deduzir que a preocupação do PSD vinha do fato de que Vergínio era nome que estava a frente dos melhoramentos locais, com trânsito no meio rural e com disposição de recursos financeiros. O PTB estava à frente do governo estadual com o PRP e Vergínio era muito bem relacionado com Brizola. Além disso, a coligação PTB-PRP nas eleições de 58 equilibrou-se nos votos em Frederico com o PSD, por isso a tentativa deste partido em atrair o PRP.

Vergínio estava identificado com o progresso local, seja pelos seus negócios (casa comercial, moinho, serraria, usina elétrica, frigorífico, cooperativa) ou pelas iniciativas de caráter público como a criação do distrito, telégrafo, calçamento da Rua do Comércio, campo de pouso, etc... “pleiteou anos atrás até conseguir do governo de então a construção do Silo por conta do Ministério da Agricultura, ao que, mais recentemente, se seguiu, com grande parcela de contribuição sua a organização da Cooperativa Tritícola”. (BATTISTELLA, 1969, p. 56).

Vergínio era elemento de grande reputação, que exercia importante mediação política.

Sua visão dos problemas do comércio e das necessidades econômicas do povo tornaram -se elemento de consulta e orientação para muitos e nos mais variados casos (...) esteve presente em todas as decisões que importassem em tentativa de solução para os problemas de bem estar geral. (Ibid., 1969, p. 56).

¹⁷ Carta a Arisoly Martellet. Frederico Westphalen, 6 de junho de 1959.

¹⁸ Ata de instalação e eleição da Diretoria da Frente Democrática de Frederico Westphalen para a eleição de 8 de novembro de 1959. Frederico Westphalen, 8 de julho de 1959.

Porém mesmo recebendo o apoio do PRP Vergínio perdeu mais uma eleição para prefeito, ofuscando-se na política local.

Ou porque não soubesse terçar com destreza as difíceis e traiçoeiras armas da política, ou porque esta quisesse ser-lhe madrasta, eclipsou-se lamentavelmente e de forma irreparável o seu prestígio, adquirido antes com tantos enobrecedores triunfos. (Ibid.,1969, p. 56).

O padre também escreve sobre Vergínio, “suportou ataques, azares da intriga e acusações de inveja. Ele mesmo diz de si que sempre encontrou oposição”. Fica evidenciado assim, as disputas políticas e a resistência que Vergínio Cerutti encontrou no local, devido sua adesão ao PTB.

2.6 A LEC: anti-comunismo e anti-petebismo.

Com a redemocratização e o multipartidarismo a partir do final da década de 40 os bispos católicos resolveram reorganizar a LEC (Liga Eleitoral Católica) que já havia funcionado anteriormente. Segundo Sponchiado seus fins eram:

1)Incentivar a qualificação do maior número de católicos; 2) orientar os eleitores católicos sobre os partidos e candidatos em condições de merecer o voto; 3) apresentar aos partidos e aos candidatos um programa mínimo de reivindicações atinentes aos interesses superiores da Igreja e da consciência católica e exigir o compromisso formal de respeitá-las e defendê-las como condição para obter o voto do eleitorado católico. (SPONCHIADO, 1989, p. 91).

Rodeghero (2003, p. 101) também faz menção a “lista preferencial” elaborada pela LEC a cada eleição com os candidatos que se comprometiam com um determinado número de postulados católicos e a preocupação dos candidatos e constar na lista. Outro fator que motivou a reorganização da LEC foi o comunismo e conseqüentemente a ação anti-comunista da Igreja. “A Igreja tinha um discurso anticomunista bem elaborado e bem difundido, possuindo uma estrutura que permitia atingir grande parte da população” (Ibid., p. 117) servindo como elemento de mobilização política de acordo com os interesses da mesma.

A propaganda eleitoral pode ser entendida como representação e ação: ao mesmo tempo em que o anti-comunismo é utilizado como filtro de explicação da realidade, pretende instigar os eleitores a um posicionamento , a uma adesão, a uma ação específica: o voto. (RODEGHERO, 2003, p. 111).

Aquela postura da Igreja e da LEC certamente estava relacionada aos acontecimentos da época: a vitória da Rússia na II Guerra Mundial, o alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no quadro da Guerra Fria, o crescimento eleitoral do PCB 1945/47 e a atuação dos pecebistas mesmo na ilegalidade, as denúncias dos crimes de Stálin por Kruschev em 1956, a

Revolução Cubana e adesão daquele país ao socialismo, a política desenvolvida no governo de Brizola e o crescimento das manifestações populares em torno das reformas de base no governo Goulart. Todos estes acontecimentos eram um prato cheio para a Igreja, que transformava o anti-comunismo num “cavalo de batalha”, uma vez que ela é uma instituição com fortes traços capitalistas.

Em certos momentos, a ação anti-comunista voltou-se para o PTB, quando era explorada uma relação deste com o PCB, que mesmo na ilegalidade apoiava outros partidos ou atuava dentro de outras legendas. Nas eleições para governador em 1947 o PCB apoiou o PSD, porém em 54 a Frente Popular (PSB – PCB) apoiou o PTB e em 58 os comunistas apoiaram Brizola, o PSB não. Nas eleições presidenciais de 1960 Prestes veio ao estado para apoiar as candidaturas do Marechal Lott e de João Goulart.

Rodeghero aponta “para as divergências políticas e ideológicas entre socialistas, comunistas e trabalhistas, os quais no discurso católico anti-comunista aparecem muitas vezes como membros de um mesmo grupo.” (2003, p. 105). Ressalta que o apoio dado pelo PCB aos candidatos considerados democráticos e nacionalistas era tático, uma vez que o partido se encontrava na ilegalidade.

Aliados no movimento queremista, petebistas e comunistas desenvolveram ações conjuntas no movimento sindical no período (pós-45). Atraídos pelo apelo popular do PTB, perceberam nessa aproximação uma possibilidade de ampliação de sua base social.” (PANDOLFI apud RODEGHERO, 2003, p. 105).

No governo de Goulart “os comunistas ocupavam um considerável espaço no aparelho do Estado (...). Detinham o controle de grande número de sindicatos, federações e confederações de trabalhadores urbanos e rurais” (Idem, p. 113) e inclusive haviam participado da criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1962. Sobre a existência ou não de alianças entre petebistas e comunistas Rodeghero aponta que

nunca houve no Rio Grande do Sul uma aliança declarada entre os comunistas e os trabalhistas. Havia, sim, acordos eleitorais sempre negados pelos trabalhistas quando denunciados, já que o PTB se dizia inimigo do comunismo internacional. (ZANFELIZ apud RODEGHERO, 2003, p. 104).

A autora aponta ainda para a preocupação do PTB em conquistar a simpatia do eleitorado rural, devido a dificuldade de penetração deste na zona colonial onde havia uma espécie de bloqueio ao trabalhismo pelo clero católico. (2003, p. 118). Por isso se deu a aliança deste com o PRP em 58 para eleger Brizola governador do estado, uma vez que o PRP tinha boa penetração nos meios católicos e rurais, o que relativizou a propaganda anti-

comunista contra o PTB. Nesta eleição o PTB obteve enorme crescimento em Frederico Westphalen, mas mesmo assim não superou a PSD.

Há evidências de que a influência católica anti-comunista sobre as populações rurais – especialmente aquelas da zona colonial – contribuiu para dar-lhes um perfil político conservador. No Rio Grande do Sul da época analisada, a população rural ainda era a maioria, e a região colonial já tinha forte representatividade em termos eleitorais.” (RODEGHERO, 2003, p. 117).

Sobre o anti-comunismo é importante frisar que no período a Igreja Católica desenvolveu no estado um forte movimento anticomunista, principalmente através da LEC. Na região inexistiam movimentos partidários de caráter socialista/comunista. Durante o período pluripartidário verificou-se na região insignificante votação nos partidos desta tendência, PCB, PSB, ARS e também do PR onde se abrigaram alguns pecebistas.

Há que se cogitar que o PTB tenha sido alvo da propaganda anti-comunista da igreja local até pelo fato de inexistir o “inimigo” a combater, e por ser necessário e estratégico ter a LEC em funcionamento. Tal ação não agradava ao PTB, que se sentia lesado, mesmo tendo Vitalino Cerutti como membro da LEC e fortemente ligado a igreja. Szatkoski cita este telegrama de Vergínio Cerutti datado de 13 de outubro de 1954 endereçado a Brizola.

Felicito amigo grande votação. Sinto traição padres indo casa colonos entregando cédulas alegando PTB comunista e caso votassem nosso partido ficariam sem padres. Dia eleição Pe. fez verdadeiro comício dentro da igreja quando um cabo do Exército foi até o púlpito mandando calar. Creio temos razões anulação eleição. (SZATKOSKI, 2003. p. 227).

Quanto a ação da LEC no local podemos citar esta recomendação de Pe. Vítor aos eleitores nas eleições de 1954:

Em meados de setembro, nas capelas Pe. Luizinho dava este “Aviso”:
 ‘O Sr. Pároco Pe. Vítor, comunicou-me ontem que a Liga Eleitoral Católica proibiu aos católicos de votarem no Deputado Rui Ramos, apresentado para Senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro, como também proibiu votarem os católicos nos candidatos da Frente Popular, isto é: nos candidatos apresentados pelo Partido Socialista Brasileiro e comunistas. Isto sob pena de pecado mortal! (SPONCHIADO, 1996, p.167).

Fica clara a atuação da LEC na paróquia, repassando as instruções das instâncias superiores. Neste aviso se percebe a postura política da igreja local, bem como o mesmo aviso recomenda uma tática da LEC: evitar a dispersão de votos e sufragar os candidatos recomendados pela igreja.

2.7 O “Perigo Comunista” e a Tutela Política dos Camponeses.

Martins escreve que, foi a partir da década de 50 que camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, organizando-se em ligas e sindicatos, exigindo do Estado uma política de reforma agrária. (1985, p. 10). Para ele, este despertar político teve no PCB e na Igreja Católica uma força propulsora e posteriormente um limite. Com o surgimento das Ligas Camponesas, estes grupos vão disputar a tutela política do campesinato e do movimento camponês. A esta disputa se somará o trabalhismo a partir dos anos 60, chegando ao poder com Goulart e criando seu próprio movimento (MASTER) através do Brizola no Rio Grande do Sul. (1985, p. 81).

Após a morte de Vargas, uma ala do PTB passou a assumir um caráter de esquerda, defendendo o nacionalismo, as leis trabalhistas e a partir de 1960, a Reforma Agrária, aproximando-se dos comunistas. Desta ala foram expoentes Leonel Brizola e João Goulart. Tal postura de Brizola atraía agricultores sem-terra da região, mas não agradava ao bloco liberal-conservador local.

Em 1960 surgiu o Master organizado pela ala esquerda do PTB. “Em 1962, o Master articulou a organização de doze acampamentos de agricultores sem terra no estado e realizou dez grandes concentrações, destacando-se dois acampamentos importantes: o da fazenda Sarandi, que consistia numa propriedade de 26 mil hectares, em Nonoai, e o do Banhado do Colégio, em Camaquã.” (Szatkoski, 2003. Pg. 172). Note-se que Nonoai é próximo a Frederico Westphalen e que agricultores do município, simpatizantes do PTB integraram tal acampamento, o que custou-lhes o rótulo de comunistas devido a disputas políticas locais.

Goulart e o seu Partido Trabalhista Brasileiro tinham também uma proposta para resolver os problemas do campo. Nessa proposta juntavam-se duas intenções: a do desenvolvimento econômico independente, de base nacionalista, e a da extensão do populismo ao campo. (MARTINS, 1985, p. 90).

A questão do desenvolvimento era representada pelo seguinte raciocínio. O principal problema do país era a inflação, em especial dos gêneros alimentícios, devido a oferta insuficiente dos mesmos, uma vez que o latifúndio improdutivo deixava camponeses sem terra e sem condições de produzir. A reforma agrária aumentaria a produção de alimentos e o fluxo do mercado interno, gerando renda ao camponês e propiciando o desenvolvimento da indústria nacional e a criação de empregos na cidade.¹⁹

Por outro lado, a possibilidade de mobilização política do campesinato, que o governo Goulart abriu com o Estatuto do Trabalhador Rural, serviria para aumentar

¹⁹ CELSO FURTADO apud MARTINS, 1985, p. 91.

as bases eleitorais de uma proposta nacionalista de esquerda, que o seu governo representava, mas colocado em oposição frágil em face das resistências dos dois partidos fortes, o PSD e a UDN, que representavam os grandes proprietários e empresários. (Ibid., 1985, p. 91).

A questão da terra foi usada como propaganda anti-petebista e anti-comunista pelos partidários do bloco liberal-conservador. Veremos qual a importância disto num meio característico de camponeses imigrantes italianos com pequenas propriedades, com o “ethos” voltado a propriedade e ao trabalho. Nerone Campos proferiu explicação na rádio local sobre uma polêmica com Vergínio Cerutti acerca do cooperativismo, afirmando a respeito do governo Brizola:

O governo que deixou os agricultores ao abandono, o governo que deixou os pequenos proprietários sem agrônomo, sem veterinário, o governo que permite o falso e o mau cooperativismo explorar e enganar a colônia, este governo recruta os homens sem terra e joga-os em acampamentos a beira da estrada.²⁰

A questão da terra também foi lembrada por Argenta, radialista de renome regional.

Na época, a ordem do dia era a Reforma Agrária. Tanto Brizola como João Goulart “batiam” muito aqueles discos de cera... a propaganda era a Reforma Agrária (...) Acontece que o Brizola veio aqui e ia ganhar as eleições. Mas depois veio o Meneghetti. Os colonos todos loucos da vida, estavam assustados, porque eles achavam que o Brizola ia tirar terras, tinha colono que tinha duas, três colônias de prevenção pra deixar pros filhos... Só que o Ildo Meneghetti deu um “tiro” aí que ganhou as eleições; ele disse assim: - Ai daquele que mexer num palmo da terra de vocês que estão aqui e de todos os nossos colonos.²¹

Para Martins a Igreja entrou na questão agrária por uma porta reacionária, temendo a agitação que estava chegando ao campo e a possibilidade de perder os camponeses, como perdera os operários. A proletarização e o êxodo rural tornava o camponês vulnerável às ideologias de esquerda. Portanto, era necessário fixar o camponês à terra, transformar o trabalhador em pequeno proprietário. “Ampliar o número de pequenos proprietários para salvar a propriedade privada.” (1985, p. 88).

Somente em 1963 a CNBB tomou uma posição menos ambígua em relação à questão fundiária, admitindo que a desapropriação para fins de reforma agrária não constituiria um atentado ao direito de propriedade, desde que fosse justa a indenização, em dinheiro e em títulos. (...) Nesse documento, há uma reformulação da concepção de bem comum, presente em várias manifestações da Igreja. Até então, o respeito pelo bem comum significava evitar que a pressão pela reforma agrária se constituísse num atentado contra a propriedade privada. Agora o bem comum é constituído pela função social que deve desempenhar a propriedade rural. (MARTINS, 1985, p. 89).

Sobre a entrada da igreja no movimento camponês Dalla Nora escreve que “Uma outra vertente do movimento camponês existente no Rio Grande do Sul, foi a Frente Agrária

²⁰ [Esclarecimento divulgado na Rádio Luz e Alegria acerca da polêmica travada com Vergínio Cerutti sobre a Cooperativa local]. [196-].

²¹ Entrevista concedida dia 28 de julho de 2005.

Gaúcha (FAG), uma associação fundada por iniciativa dos Bispos da Igreja católica do Rio Grande do Sul em 18 de outubro de 1961”. (2002, p. 59). A autora cita que entre outros objetivos da FAG era o de combater o MASTER através da fundação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Havia também a preocupação com a possibilidade da ideologia marxista ocupar espaços no meio rural devido ao clima de efervescência política em torno das reformas de base, em especial a agrária.

No cenário local, o personagem de destaque para a mobilização dos agricultores em sindicatos nos preceitos da Igreja católica foi o padre Fiorindo David Grassi, um dos fundadores da FAG. Sob a orientação deste padre é fundado em 21 de março de 1964 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen, integrando a FAG. Entende-se a designação do padre Grassi pela Igreja, devido a região ser desprovida da presença do estado, e também perto dali, em Nonoai ocorrera um acampamento do MASTER.

Dalla Nora também destaca que de início o “sindicato” tinha restrições nos meios católicos rurais no local, devido parecer coisa de esquerda, comunista. Há que se lembrar as pregações anti-comunistas da Igreja e do Pe. Vitor. Além do mais Pe. Vitor contava com a UNAC, da qual era presidente e através dela monopolizava os agricultores. Talvez não lhe agradasse a idéia de outro padre lhe fazendo concorrência, embora este também pela postura política fosse identificado com o PSD.

2.8 A Construção da Catedral e a Cristalização do Poder da Igreja e do Padre.

Se levarmos em conta que na época do início da construção da catedral²², Frederico Westphalen era apenas distrito de Palmeira. Portanto, tal obra em tal envergadura era de suma importância, para a cidade e para o idealizador. Pe. Vítor já tinha empreendido a construção de outras obras, mas a catedral é que vai “cristalizar” sua figura. A catedral começou a ser construída em 1951, sendo concluída em 1960.

Na época, o setor agrícola era base da economia local estava passando por um período de decadência, devido ao desgaste do solo, ignorância das técnicas agrícolas adequadas, métodos primitivos de manejo. Não havia muitas famílias com posses, além de serem numerosas. Como o padre conseguiu o dinheiro para a construção? Ele mesmo relata em sua

²² Construída em estilo gótico, está entre as sete maiores construções religiosas daquele estilo no mundo e é considerada uma das mais belas do País. É o principal cartão postal da cidade.

obra e também a historiografia local descreve sua capacidade de persuasão, liderança e intensa propaganda para convencer os fiéis. Um discurso marcou o povo:

Virá o dia em que os transeuntes e viajeiros, olhando para a Nova Matriz, hão de perguntar assombrosos: Quem fez este formoso templo? Que povo é este capaz de tão belas empresas? Barrilenses! Legai aos vossos filhos e netos o testemunho vivo de nossa fé e a prova mais indestrutível da inspiração cristã de vossa vida, ajudando a construir a nova Matriz de Santo Antônio, marco histórico de nosso progresso e meta suprema para a qual convergem vinte anos de vida paroquial, intensa e disciplinada. (SZATKOSKI, 1994, p. 52).

A primeira forma de recursos foram as coletas, porém, a agricultura estava passando por um período de crise, de maneira que estas seriam prejudicadas.

Diante deste quadro relatado por Mons. Vítor e este sabedor que a agricultura era a base da economia da localidade, setor este que manteve a igreja financeiramente e do qual se originou a maior parte dos recursos para a construção da catedral Santo Antônio, fundou-se em 25 de julho de 1951 com o “comando” de Mons. Vitor e algumas lideranças agrícolas a UNAC – União dos Agricultores e Criadores – que tinha como objetivo primordial: “A solução dos problemas rurais da época”.(Ibid., 1994, p. 54).

Sobre as coletas há também outra referência:

A par de seus dotes psicológicos, de sua liderança incontestada e de sua força de persuasão, usava uma artimanha simples. Incentivava o capital, estimulava o desenvolvimento, ajudava a plantar... e na hora da colheita lá estava ele, como representante do governo divino a cobrar o imposto.²³

As coletas foram motivos de intriga com o Mons. “acusado” de extorquir ou forçar doações, constringendo os fiéis dentro da igreja. Até em uma visita pastoral que o bispo D. Sartori realizou na paróquia em 1957 recomendou mais candura no pedido de doações. Um grupo de fiéis tinha “denunciado” o padre ao bispo, ao que em suas respostas percebemos as intrigas políticas locais.

Identificados os componentes de tais grupos, constatou-se que se tratou de cidadãos tradicionalmente hostis ao Pároco, a maioria deles por recalques político-partidários e por inveja mesquinha. Não era, aliás, a primeira vez que alguns deles tentavam o afastamento do Pároco por meio de acusações arbitrárias levadas ao Bispo em visita Pastoral e fora dela. (Livro Tombo apud, ZSATKOSKI, 1994, p. 63).

A construção da catedral representou também uma forma de mediação política, desempenhada pelo pároco entre os fiéis e deputados de PSD, especialmente Tarso Dutra. Este conseguia verbas federais, especialmente para a UNAC, que eram destinadas em parte na construção do templo. Szatkoski escreve que a “UNAC serviu de fachada para o recebimento de verbas que posteriormente eram aplicadas em parte na construção da catedral”.(1994, p. 55). Arlindo Cerutti declarou: “Depois tinha a Sociedade Beneficente Santo Antônio, que o

²³ Revista Catedral, 2002, p.21.

Deputado Tarso Dutra também arrumou muito dinheiro. Isso aí era aplicado na construção da catedral também”.²⁴

Mons, Vítor, ganhava recursos através do Deputado Federal Tarso Dutra e, em troca, fazia propaganda mesmo esta sendo chamada de “aconselhamento ao povo”, para votar nos melhores candidatos. Tarefa esta realizada no púlpito onde louvava, sem citar nomes, as qualidades dos seus preferidos e criticava os adversários. (SZATKOSKI, 1994, p. 57).

Concluída a construção da catedral, padre Vítor adquiriu com recursos próprios e da paróquia um loteamento na Praia Santa Marta no litoral catarinense, para saldar dívidas da construção. Porém os negócios acabaram dando errado, e atrasando a criação da Diocese de Frederico Westphalen. Como aquela transação foi considerada ilícita pela igreja, o padre poderia sofrer punições.

Então, segundo Sponchiado, a “Sociedade Beneficente, em assembléia geral extraordinária, a 21 de janeiro de 1962, resolveu pela venda do Hospital e pela compra dos terrenos do Balneário Santa Marta”. (1989, p. 126). Também padre Vítor renunciou ao cargo de Pároco Inamovível a 14 de março de 1962. Nos dias anteriores fora organizado um grande “desfile histórico, com exibição de 26 grupos que arrancaram lágrimas de recordação dos presentes pelos 30 anos de paróquia.” (Ibid., 1989, p. 128). Na mesma noite, junto com o Deputado Tarso Dutra, recebeu o título de Cidadão Benemérito de Frederico Westphalen, em sessão solene e pública na Câmara Municipal.

Vemos aí o grande prestígio que gozava o Mons. junto a seu grupo político. Porém o “caso das praias” ao mesmo tempo provocou a perda do mesmo junto ao povo. Já em 1961 fora nomeado pelo bispo o padre Luizinho para administrar a Paróquia e organizar a criação da Diocese. Szatkoski lembra que muitos destes fatos foram omitidos do povo, o que podemos deduzir que o desgaste do Mons. e a perda de prestígio seriam maiores. (1994, p. 66). Contudo tais fatos aconteceram justamente quando Frederico Westphalen começava uma nova fase política e cultural. Já havia uma nova geração de paroquianos e de líderes políticos, e o “poder” do Mons. já não era mais o mesmo.

2.9 O Controle das Informações.

É importante frisar que Pe. Vítor e a Paróquia por muito tempo praticamente detiveram o controle dos meios de comunicação locais: A rede telefônica²⁵, a Rádio Luz e

²⁴ Entrevista concedida dia 26 de junho de 2005.

Alegria e o cinema paroquial. Exceção aos Correios e Telégrafos e a inexistência de jornais periódicos locais até meados da década de 60. Torna-se necessário destacar a importância destes meios, especialmente a rádio e o cinema (e o púlpito da igreja) na formação da mentalidade e dos paroquianos.

A emissora de rádio entrou no ar oficialmente em 1957, embora o padre já havia feito radiotransmissões desde meados da década de 40, conforme descreve em seu livro. (BATTISTELLA, 1969, p. 149). O fato de ter o controle da rádio lhe custou desavenças políticas como descreve: “Mas a licença oficial não veio, e, em 1952 houve quem se desse ao mau gosto de mover denúncias”. (1969, p. 149). A denúncia teria sido feita por partidários do PTB, descontentes com as reclamações que o padre fazia da administração municipal de Palmeira que naquele ano estava sob o comando deste partido.

Aconteceu, por fim, que durante determinado período de agitação política, sobrevieram dificuldades. A pequena emissora foi acusada de estar prejudicando interesses da administração municipal e operando clandestinamente. (BATTISTELLA, 1969, p. 150).

Quanto ao cinema²⁶, a paróquia tinha um que funcionou no Salão Paroquial a partir de 1948 que não conseguiu vencer a concorrência do Cine Floresta, mais moderno e de propriedade de Dinarte Pereira. Até que em 1958 Pe. Vitor conseguiu influenciar o Cine Floresta, firmando contrato com o proprietário, que passou o cinema para o Edifício Vera Cruz de propriedade da igreja, “obedecendo a cotação moral estabelecida pela censura católica”. Mais tarde o cinema passou para a propriedade de Arlindo Braganti, que posteriormente cancelou o contrato com a paróquia e passou a operar no novo Cine Jussara, mais amplo e moderno.

Padre Vítor lamentou o fechamento do Cine Floresta “por se deixar escapar do controle paroquial, por razões fúteis, este extraordinário meio de cultura e comunicação” (...). (BATTISTELLA, 1969, p. 206).

Em Frederico Westphalen inexistiam periódicos locais no período estudado. Circulavam pela paróquia periódicos católicos e possivelmente também os jornais da capital, embora a leitura era escassa. A partir de 1943, Wülson Jeovah Lütz Farias exerceu a função

²⁵ A Rede Telefônica Barrilense foi idealizada por Pe. Vítor e criada em 1940, constituiu iniciativa inédita. Chegou a atingir 130 Km de rede pelo interior da Paróquia Santo Antonio, área onde hoje se encontram sete municípios. Inicialmente administrada pela paróquia, foi encampada pelo Município de Frederico Westphalen por ocasião da emancipação em 1955.

²⁶ Sobre o cinema em Frederico Westphalen: SERAFINI, Marinês; FAVERO, Raquel. *Uma idéia na cabeça e uma câmera na mão: a realidade da sétima arte em Frederico Westphalen*. Monografia (Graduação em História). URI – Frederico Westphalen, 2003.

de correspondente do Jornal Diário de Notícias de Porto Alegre, publicando notícias locais até 1968. (FERIGOLLO, 2005, p. 160).

Os primeiros jornais locais surgiram depois do período deste estudo. Em 1965 surgiu o Cinefatos com informações do cotidiano social, distribuído no cinema. No mesmo ano surgiu O Despertar, da União Frederiquense de Estudantes, que em 1967 recebeu apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que estava sob influência da Igreja local. Em 1966 surgiu o primeiro jornal tablóide, semanário com circulação até os dias de hoje, denominado O Alto Uruguai. Vale destacar a figura de Vitalino Cerutti na criação deste Jornal.

3. UMA NOVA FASE POLÍTICA E CULTURAL

3.1 A Criação de Novas Entidades.

Durante o tempo em que esteve a frente da paróquia, Pe. Vítor fundou várias entidades e empreendeu várias obras (Rede Telefônica Barrilense, Colégio Auxiliadora, Hospital de Caridade, Igreja Catedral dentre outras). É fundamental destacar o papel político das entidades, pois estavam sob a influência de Pe. Vítor. Tais entidades eram: Comissão construtora do Colégio Auxiliadora (1942), Sociedade Beneficente Hospital de Caridade (1947), União dos Agricultores e Criadores (1951) e a Sociedade da Rádio Luz e Alegria (1954). Zsatoski lembra que Pe. Vítor foi presidente vitalício de várias entidades, “como se não existisse ninguém com capacidade na comunidade para assumir este cargo”. (1994, p. 54).

Havia pontos onde o Pároco não tinha maior poder de decisão ou maior influência que eram, como já vimos, a escola, a Inspeção de Terras e Colonização (instalada em 1939) e os Clubes esportivos e recreativos. Destes pontos partiam as maiores brigas com o “Pe. Caudilho”, além dos partidos de oposição ao partido de preferência do padre.²⁷

A escola em questão é o Grupo Escolar (1935), que era governamental assim como a Inspeção de Terras, que tinha atuação importante na política local através de seus funcionários públicos. Quanto aos clubes, era conhecida a severidade moral do padre em relação aos bailes.

Porém, a partir da década de 50 começaram a surgir novas instituições que estavam fora do controle de Pe. Vítor, que terão importante papel político. Dentre elas podemos destacar o aeroclube de Frederico Westphalen (1951), o CTG “Pé-no-Chão” (1957) e a Cooperativa Triticola de Frederico Westphalen (1957), esta última com maior importância, chegando a reunir mais de cinco mil sócios na região.

²⁷ Revista Nossa Senhora Auxiliadora, 1997, p. 15.

Nessas instituições não tuteladas pelo Padre Vítor, observa-se a presença de pessoas de outros municípios e que passaram a residir em Frederico Westphalen, bem como a integração de pessoas de outras confissões religiosas, que não a católica”. (SZATKOSKI, 2003, p. 235).

Szatkoski lembra que as lideranças destas instituições eram ligadas ao PTB e que o CTG “Pé-no-Chão”²⁸ teve influência política, além de cultural, pelo fato de congregar lideranças do PRP, como Henrique Caovilla. Também era um local de encontro das camadas populares regionais, base política do PTB. Deve-se destacar aqui a figura de Caovilla naquele CTG, bem como no PRP local e nas alianças deste com o PTB, bem mais que um “gaúcho tradicionalista”.

3.2 O “Ginásio” e o Desenvolvimento Cultural.

Fazer uma retomada quanto ao nível de instrução e cultura do povo é fundamental quando se está fazendo uma análise da tendência político-eleitoral de um determinado local. Veremos qual a implicância deste tema com a política local.

Pela historiografia local percebemos que o problema da instrução dos filhos fez com que os moradores da colônia de Barril propiciassem algumas alternativas antes mesmo da iniciativa estatal. Desta forma, houve aulas na capela e em casas particulares a partir dos meados da década de 20. O primeiro grupo escolar fora criado em 1935, sendo mérito de alguns elementos representativos da comunidade relacionados com Wazulmiro Dutra, Intendente de Palmeira. Pe. Vítor não participou da iniciativa, embora estava consciente da lacuna concernente a instrução, conforme escreveu no Livro Tombo em 1934:

Concorre, enfim, para manter o bom espírito moral do escol da população a ausência de elementos corruptores, como maus cinemas, maus livros, maus divertimentos, etc. A tão enorme distância dos centros maiores, onde há tantos focos de corrupção, a população desta paróquia mantém-se num nível satisfatório de sanidade moral, concorrendo para isso como primeiro fator o sentimento e a educação religiosa. (Livro Tombo 1 apud SPONCHIADO, 1989, p. 115).

Em 1936 Pe. Vítor registrou no mesmo livro uma “Resenha Psicológica da Sociedade de Barril” onde constatou a situação cultural. “Não há pessoas cultas e intelectuais no sentido estrito da palavra. Há apenas alguns que entendem do próprio ofício. (...) Há bastante

²⁸ Este CTG surgiu em oposição ao CTG “Alferes Epiphâneo” (1956), seu nome se deve ao apelido do Terceiro Corpo Provisório de Palmeira na Rev. de 32. Seu ideador foi o Cap. Raimundo Machado, que em seguida abre dissidência e funda o CTG “Veteranos das Tradições”. Um dos fundadores do primeiro CTG era o Dr. Leonel Flores da Rosa, identificado com o PSD. Cf. SPONCHIADO, 1989, p. 118.

analfabetos e outros tantos apenas alfabetos; certo número tem algum preparo literário e mental.” (Ibid., p. 66). Também registrou a situação da leitura na paróquia em 1942.

O desinteresse pelas boas leituras e a escassa paixão pelo saber são a causa primordial do escasso número de jornais, livros e revistas em circulação na Paróquia, apesar dos esforços e advertências enérgicas mais de uma vez usados pelo Pároco. O analfabetismo e o apenas alfabetismo são outro tropeço que só poderá ser removido com a superveniência de novas gerações melhores instruídas. O jornal e a folha católica encontram franca e leal acolhida em muitas famílias, mas em outras são como mendigos a pedir agasalho, e, sendo recebidos, não são lidos. (Ibid., p. 66).

Vale notar o incentivo a leitura direcionada de periódicos católicos. Lembramos que no Grupo Escolar Pe. Vítor não tinha maior poder de decisão e que também era sua preocupação prover a paróquia materialmente. Desta forma em 1942 cria a Comissão construtora do Colégio Auxiliadora que começa a funcionar em 1947 com as séries primárias. Foi construído com a ajuda do povo e entregue as irmãs do Imaculado Coração de Maria “sob a única condição de servir sempre, mesmo no caso de transferência a outras Congregações, à educação e instrução dos filhos do povo.”²⁹ Era portanto uma escola particular e confessional que contribuiu para a melhora das condições de ensino. Assim como o Pré-Seminário, também fundado pelo Pe. Vítor, destinado a formação intelectual dos pretendentes ao ingresso no Seminário Diocesano com as séries iniciais a partir de 1948.

Na década de 40 o desenvolvimento do distrito era cada vez mais acentuado, principalmente pelo desenvolvimento da agricultura, base da economia. No entanto o desenvolvimento da educação continuava fraco e a ausência de um curso ginásial obrigava aqueles que tinham condições de estudar se deslocarem até Cruz Alta, Santa Maria, Carazinho, Passo Fundo e até Porto Alegre.

Em fins de 1949 José Cañellas, Escrivão Distrital, liderou um movimento para a concretização do curso ginásial, fez contato com o Pe. Vítor que já no outro dia no púlpito da Matriz “lançou a mesma idéia”. Cañellas respondeu com uma carta dizendo: “Lastimo que minha visita produzisse tal estardalhaso. A iniciativa foi lançada, depois de serem consultadas todas as pessoas de destaque social desta sociedade, digo, desta localidade, e para ser unânime precisava de vosso concurso tanto moral como material.” (SPONCHIADO, 1989, p. 69). O que não ocorreu. Para Sponchiado, Pe. Vítor “roubou” a idéia do escrivão, porque este não lhe estava em graça – suspeito de estar envolvido com a Maçonaria anticlerical.³⁰

Ferigollo destaca:

²⁹ Revista Nossa Senhora Auxiliadora. 1997, p. 19.

³⁰ Revista Nossa Senhora Auxiliadora. 1997, p. 20.

A preocupação das lideranças com a formação e educação dos jovens esbarrou no apoio do Padre Vitor Battistella, que, ao saber da iniciativa, usou do púlpito da igreja e alguns contatos demovendo os amigos, principalmente os católicos, de tal idéia.” (FERIGOLLO, 2005, p. 273).

Sponchiado ressalva que Pe. Vítor não via com bons olhos as escolas públicas pelo seu caráter laico. Há várias referências na historiografia local sobre a preocupação do padre quanto a possibilidade destas escolas descristianizar o povo, quanto a vinda das “idéias novas de fora” e de pessoas indiferentes a religião. Os chamados “focos de corrupção”. Porém para Szatkoski, Pe. Vítor foi omissos no incentivo a educação. “Incentivo este que ele não fez questão de promover. Pois a existência de um ginásio poderia alfabetizar mais o povo e, conseqüentemente, o fim do seu domínio sobre os mesmos”. (SZATKOSKI, 1994, p. 45). Somente em 1960 é que Pe. Vítor começa a articular a criação de um Curso Ginásial no Colégio Auxiliadora, o que se concretiza em 1962.

No ano de 1960 nasceu a Sociedade Educacional Frederico Westphalen tendo como presidente Vitalino Cerutti. Conforme o Jornal Diário de Notícias de 21 de junho de 1961 esta sociedade criou neste ano o Ginásio Eng. Frederico Westphalen mantido pela mesma, ou seja, por um grupo de cidadãos. O mesmo jornal noticia que este ginásio fora transferido para o Estado em 1962, na ocasião o Superintendente do Ensino Secundário João Zurlo fez menção a referida sociedade e “aos homens que fazem Frederico Westphalen progredir, não somente nos setores do comércio e indústria, mas no setor educacional.”³¹

Vale lembrar que Vitalino era a principal liderança do PTB regional e amigo pessoal de Brizola, tendo no governo deste trânsito junto a Delegacia de Educação de Cruz Alta e nos órgãos do Palácio Piratini em Porto Alegre. Foi com sua insistência que fora criado o Ginásio Cardeal Roncalli em 1962.

Em 1963, a Sociedade Educacional se mobilizou em vista de um curso secundário, possibilitando a criação em 1964 da Escola Técnica de Comércio, dando origem em 1965 a escola do estado com curso colegial³². Vale destacar que na referida sociedade estavam várias lideranças relacionadas com o PTB, e que era mantida com contribuições dos sócios. Houve até professores lecionando de graça. Porém, mesmo em condições precárias, marcou um papel fundamental no novo ciclo político e cultural de Frederico Westphalen com o surgimento dos cursos Ginásial e Colegial.

Szatkoski aponta para a opinião de um dos membros daquela sociedade.

³¹ Diário de Notícias. Porto Alegre, 9 de outubro de 1962.

³² Em 1970 recebe o nome de Escola Técnica José Cañellas, em homenagem a sua luta pelo curso ginásial.

Conforme seu Wílson Jeovah Lütz Farias, se a criação deste ginásio tivesse ocorrido antes, como se organizavam alguns e com o aval do Mons., que era uma pessoa importante, esta cidade teria conquistado a fundação da universidade há muito tempo atrás³³ e o nível cultural seria outro. (1994, p. 45).

Em outra obra cita o depoimento de José Balestrin, outro membro daquela sociedade e militante do PTB, donde podemos inferir a importância política do surgimento da Sociedade Educacional.

A política era uma fonte de engajamento de todos; tínhamos consciência que, através dela, haveria as mudanças necessárias para a melhoria da qualidade de vida, vivíamos em uma região desprovida da presença do Estado, e principalmente, educacional, as elites locais queriam um povo analfabeto, para subjugar-los, assim tínhamos somente um curso primário. (SZATKOSKI, 2003, p. 206).

3.3 A Cooperativa e o Fortalecimento da Base Petebista.

Se observarmos bem veremos que o PSD já tinha sua base política consolidada entre os católicos, devido principalmente as ações do padre Vítor. Por outro lado, o PTB buscava consolidar a sua, desta forma, o papel político da Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen será de suma importância para o surgimento de uma nova fase política e cultural.

A cooperativa foi fundada em 1957, agregando sócios do município e da região. Entre os principais líderes estavam Vergínio Cerutti e Vitalino Cerutti, identificados com o PTB. Na cooperativa não havia influência do Pe. Vítor e dos elementos do PSD, o que colocou aquela instituição no centro de uma disputa política, com acusações de fraude e corrupção de seus principais dirigentes.

Szatkoski cita em sua obra (2003) depoimentos dos agricultores inquiridos no IPM realizado em Frederico Westphalen em 1964. Neles alguns reclamavam o “retorno” na venda do feijão, a diferença do preço na data do depósito e na data da venda. Também que a cooperativa pagava menos que o comércio local. Também cita denúncias de elementos políticos ligados com o PSD sobre a distribuição de lucros entre o gerente e o presidente em mais de 30%, ferindo a lei das cooperativas, e também sobre venda subfaturada de feijão. (2003, pp. 174-184 passim).

Vários depoimentos, no entanto, mostram outra face da instituição, registrando que a cooperativa fortalecera a união dos agricultores, facilitava as vendas, trouxera-

³³ Em 1969 lideranças do clero, executivo e legislativo municipal, políticos, professores e empresários criaram a FESAU, dando origem ao Ensino Superior na Região em 1970 com o Curso de Letras, extensão da UFSM. Em 1992, surge a URI campus de Frederico Westphalen.

lhes maior assistência, com o que eles puderam passar a adquirir produtos básicos, como tecidos, com preços inferiores aos do comércio local. Esse fato, porém, gerava descontentamento entre outros comerciantes, que não aceitavam o monopólio que a cooperativa exercia sobre uma parcela de consumidores oriunda do meio rural. (SZATKOSKI, 2003, p. 176).

Outro fator de intriga é que a cooperativa fornecia assistência médica e odontológica aos associados, o que também não agradava aos médicos. Lembramos que o setor comercial e os profissionais liberais eram mais identificados com o PSD.

Szatkoski lembra que a cooperativa estava passando por uma crise econômica, devido à queda do preço do feijão pelas importações e pela falência de parceiros comerciais. Também que, no “ato de fundação da entidade, conforme consta nas atas, as maiores cotas haviam sido integralizadas por Vergínio Cerutti e Vitalino Cerutti”.(2003, p. 181). Desta forma, havia uma disputa política entre os líderes do PSD-UDN-PDC, dentre eles Dr. Ênnio, padre Grassi, Nerone Campos, com a direção da cooperativa identificada com o PTB, no sentido de enfraquecer ou destituir a mesma.

Também é importante destacar o papel de mediação política que a cooperativa desempenhava. Nos depoimentos do IPM citados por Szatkoski constam denúncias de que na assembléia haviam sido aceitos sócios de última hora, que não eram agricultores, para garantir a vitória do grupo dos “Cerutti”. Também que houve promessas de pagamentos do retorno para os agricultores após as eleições municipais de 1963, sendo que uns recebiam, outros não. É importante destacar o depoimento de Leonel Flores da Rosa no IPM.

Sabe que havia notas de promessa de pagamento, dadas pelo Sr. Vitalino Cerutti, presidente, datadas para após as eleições municipais e, quando os detentores das notas foram descontá-las, o Sr, Vergínio Cerutti, diretor gerente, escreveu no verso: “Vitalino que as pague do bolso dele”, pois não reconhecia tais notas. (...) Na campanha eleitoral para Prefeito, a Cooperativa foi utilizada como arma política, não possuindo nenhum funcionário que não fosse do PTB.”(ROSA apud SZATKOSKI, 2003, p. 182).

Desta forma fica claro que a preocupação maior era com o potencial eleitoral da cooperativa, que agregava mais de cinco mil sócios, que servia como forte elo de ligação das lideranças do PTB com os agricultores. Na década de 60, a agricultura ainda era o motor da economia em Frederico Westphalen e a maioria da população morava no interior do município.

3.4 As Eleições de 1963: o acirramento da disputa política e a fraude.

Estas eleições aconteceram no período em que Frederico Westphalen começa a viver uma nova fase política, a partir dos anos 60. Foi sem dúvida a eleição mais conturbada, tendo desdobramentos mais graves que as demais, visto o subsequente golpe militar de 1964.

Neste período o PTB regional passa por um processo de crescimento de sua base política. Concorreu para isso em primeiro lugar, a eleição de Brizola para governador em 1968, mobilizando os redutos petebistas no interior do município. Em Frederico foram criadas novas entidades que estavam fora do controle do Pe. Vítor e a cidade contava agora com um curso ginásial laico. Mas sem dúvida nenhuma, a cooperativa foi o fator que mais contribuiu para a consolidação da base do PTB. Também neste período ocorrera o caso das praias, desgastando um pouco a imagem do Mons. Vítor.

A partir da década de 60, o PTB abarca a força econômica local: a cooperativa e o frigorífico, uma vez que a agricultura era o motor da economia. Acontece então um equilíbrio de forças e uma ameaça à hegemonia política do PSD. Por isso, após as eleições as relações seriam mais tensas entre os partidários rivais.

O frigorífico teve origem com uma cooperativa de suínos na década de 40, transformando-se em Frigorífico Santo Antônio. De início destacaram-se Vergínio Cerutti e João Muniz Reis na iniciativa. Mais tarde chegaram os irmãos Damo de Porto Alegre, quando em 1961 passou para a denominação de Frigorífico DAMO S/A. Estava entre as maiores firmas do setor no estado e destaque no país. Nesta fase do frigorífico projetaram-se figuras políticas como Henrique Caovilla (PRP) e principalmente Giusto Damo (PTB) que era Diretor Administrativo.

Desta maneira o PTB estava diretamente ligado com o interior, onde residiam a maior parte da população do município, por intermédio de suas principais lideranças: Vergínio, Vitalino e Giusto Damo. Estes relacionavam-se com o campo via casa comercial, moinho, frigorífico, cooperativa e casa do agricultor. A Casa do Agricultor foi fundada em 1956 por Pe. Vítor através da UNAC, para a venda de produtos agropecuários e assistência aos agricultores, tendo como primeiro administrador Vitalino Cerutti.

Adjalmo Cerutti lembra que muita “gente era ligada ao PTB no interior, mas tinham muito medo do Mons. e do João Muniz Reis, que era prefeito, Dr. Ênnio, médico da cidade”.³⁴ Desta forma deixavam de votar no PTB. Também afirma que até a fundação da

³⁴ Entrevista concedida dia 22 de maio de 2005.

cooperativa a relação de Pe. Vítor com Vitalino, seu pai, era boa, sendo ele pessoa de confiança do Mons. que o colocou para administrar a casa do agricultor.³⁵

Na eleição de 63 concorreram para prefeito, João Muniz Reis, que havia sido o primeiro prefeito e era o presidente da Câmara, pela coligação PSD-UDN-PDC e Vitalino Cerutti pela coligação PTB-PRP. O PRP foi dividido para a eleição, sendo que uma ala apoiou João Reis, indicando Augusto Tagliapietra de vice, e a outra ala apoiou o PTB indicando Henrique Caovilla de vice. O PRP era tradicional aliado do PTB em Frederico Westphalen. Em 1955 recebeu o apoio do PTB, e em 1958 apoiou Brizola para governador, bem como o PTB local nas eleições de 1959. Porém em 1962 apoiou a ADP em nível estadual.

A divisão no PRP começou em 1962, quando líderes dos partidos que elegeram Meneghetti governador escreveram ao mesmo um documento solicitando mudanças nos cargos estaduais de importância em Frederico Westphalen, como posto de saúde, Inspetoria de Terras e escolas até então ocupados por partidários do PTB-PRP. “Fato curioso é que a correspondência foi assinada por todos os partidos que apoiaram a ADP (PSD-UDN-PDC), mas não pelo PRP, haja visto o apoio que havia dado a Brizola, bem como a divisão dentro do PRP local, que se acirrava”. (SZATKOSKI, 2003, p. 106).

O PRP era visto como o fiel da balança, por isso tanto o PSD como o PTB ofereceram a vaga de vice-prefeito naquelas eleições, que foi decidido em uma convenção. Augusto Tagliapietra se manifestou dizendo que “com surpresa geral, a convenção resolveu apoiar o senhor Vitalino. Para que isso acontecesse, veículos de propriedade de elementos trabalhistas transportaram os convencionais, muitos dos quais não eram inscritos pelo nosso partido. O voto era reconhecido mediante simples assinatura de uma ata”. (TAGLIAPIETRA apud SZATKOSKI, p. 109). Tagliapietra tinha fortes ligações com Pe. Vítor por intermédio da igreja e assim se expressou ao PRP estadual sobre a dissidência:

Não concordamos, porém, que o PRP venha contribuir para uma possível vitória do Partido Trabalhista, de atitude visceralmente opostas às nossas, que queremos ver nossa Pátria continuar, livre, democrática e cristã”. (Ibid., p. 110).

Porém a outra ala apoiou o PTB. Segundo Adjalmo, Henrique Caovilla possuía forte vínculo de amizade com Giusto Damo e a família Cerutti devido ao Trabalho no frigorífico.³⁶ Também chegara a cidade Ireno Arend para ocupar a função de chefe da Inspetoria de Terras, mesmo sendo do PRP era de posição “de continuar dando apoio ao PTB a partir de 1962, contrariando, assim, a decisão do Diretório Estadual”. (SZATKOSKI, 2003, p. 110).

³⁵ Entrevista concedida dia 26 de julho de 2005.

³⁶ Entrevista concedida dia 22 de maio de 2005.

Pelo que se depreende na análise dos documentos do AHM relacionados ao PDC e a Nerone Campos, parece ter havido um diálogo daquele partido com o PTB. Consta que o PDC “deixando de lado velhas divergências de ordem política e mesmo pessoal, para assentar-se a mesa de todos os partidos, mesmo os mais antagônicos, para tratar da sucessão”. E também, “resolveu pela maioria de seus membros reintegrar-se dentro da ADP”³⁷, da qual fazia parte no governo do Estado. De fato, através de ofício o PDC comunicou ao PTB que por 20 votos a 11 a convenção do partido decidira apoiar o PSD.³⁸

Uma relação PTB-PDC no local seria muito difícil de acontecer. Em primeiro lugar pelas ideologias partidárias conflitantes. Além disso, o presidente do PDC Nerone Campos, que iniciou sua carreira política no PL sempre esteve ligado ao grupo do PSD, era católico convicto e estava muito ligado ao Mons. Pelos seus discursos percebe-se claramente críticas a ideologia trabalhista, aos governos Brizola e Jango e ao clima de agitação gerado pelas mobilizações em torno das reformas de base. Porém a decisão em contrário, ou a candidatura própria do partido, mudaria o rumo da eleição.

No escrutínio dos votos verificou-se a diferença de apenas 10 votos a favor do candidato do PSD, sendo João Muniz Reis 4113 votos contra Vitalino Cerutti 4103 votos. Como houve indícios de fraude e elevado número de votos anulados, em face a pequena diferença o PTB solicitou a recontagem de votos. A Chave da questão tinha sido a urna de Laranjeiras, como conta Nerone Campos.

Na urna de Laranjeiras, apareceu um voto a mais. Então o Juiz Eleitoral Valdemar de Freitas Filho disse ter motivos para anular a mesa, porém chamou dois delegados, um de cada partido e propôs retirar um voto e rasgar e o problema se resolveria. Como a mesa tinha tendência a ser favorável ao PTB, o delegado do partido do PTB, Vitalino César Pereira, aceitou. Nesse momento, o PSD estava perdendo disparado a eleição, e o PTB tinha a eleição ganha, porém, ao escrutinarem os votos da mesa de Laranjeiras, uma surpresa: o candidato a vereador Zeni tinha revertido a situação e, com isso, o PSD ganhou as eleições e, então, começaram os atritos e as alegações de fraude. (CAMPOS apud SZATKOSKI, 2003, p. 125).

José Balestrin também faz menção aquele fato envolvendo aquela urna, “a qual foi violada e chegou, assim ao escrutínio no Clube Harmonia, e nós do PTB não a impugnamos, porque aquela localidade era um reduto 100% PETEBISTA, e tínhamos a certeza de que ali estaria a vitória mais esmagadora para Vitalino Cerutti. Foi um momento de ingenuidade, sem malícia, que a Direita nos deu uma surra. (BALESTRIN apud SZATKOSKI, 2003, p. 207).

Zsatkoski descreve que para o PTB as mesas apuradoras não inspiravam confiança ao partido por que em sua maioria tinham sido constituídas por pessoas pertencentes a causa

³⁷ Proclamação ao Povo de Frederico Westphalen. Frederico Westphalen, 16 de agosto de 1963.

³⁸ Ofício destinado a direção do PTB. Frederico Westphalen, 16 de agosto de 1963.

adversária. Este colocou dúvidas quanto a decisão da junta apuradora referente aos votos nulos e aos mapas de apuração.

Esses perfaziam um total de dezessete votos que favoreciam ao candidato do PTB, dando-lhe a vitória por sete votos. (...) Os mapas de apuração eram mapas auxiliares, não contendo a devida autenticação dos presidentes de mesas apuradoras. Por isso, não se mostravam seguros, pois poderiam ser adulterados e posteriormente, assinados como definitivos. (SZATKOSKI, 2003, p. 126).

Desta forma o PTB recorreu ao TRE, porém o pedido não foi aceito, sendo negado o provimento de recurso e confirmado a vitória do PSD. Contudo o crescimento do PTB local e regional era visível, o que aumentaria as tensões e os conflitos entre os partidários e simpatizantes do PSD e PTB.

Começava um novo ciclo político em Frederico Westphalen. Sobre isto Ferigollo escreveu que “O dia 15 de novembro de 1963 começou a contar uma nova história política de Frederico Westphalen, pois a Câmara sofreu uma alteração de mais de 90% de suas cadeiras”. (2005, p. 336). Surgia então, uma nova geração de líderes político locais.

3.5 O Golpe de 64 e a Repressão Política.

No dia 24 de março de 1964 reuniram-se em caráter sigiloso autoridades municipais e pessoas representativas do município para analisar a situação política do momento, conforme cópia do documento enviado ao governador do estado³⁹. Entre aquelas pessoas podemos identificar João Muniz Reis, Nerone Campos, Dr. Ênnio, Nelso Pigatto, Mons. Vítor, Leonel Flores da Rosa. Eram os principais elementos do PSD-UDN-PDC.

No documento afirmavam a necessidade de organizar as forças democráticas e cristãs e que em Frederico Westphalen estavam largamente disseminados os “grupos de onze”, que poderiam vir a receber armamentos.

Neste sentido aguardamos a palavra de ordem de Vossa Excelência, manifestando mais uma vez a nossa disposição de estar ao lado do Governo do Estado em toda e qualquer circunstância, indo até o extremo na defesa da ordem e das liberdades, tão caras às nossas tradições. Caso esta ação venha a se tornar necessário, os signatários dispõem e podem arregimentar em poucas horas, o elemento humano necessário; podendo faltar apenas o material para armar o grande número de companheiros que estará ao nosso lado”.

³⁹ Senhor Governador. Frederico Westphalen, 24 de março de 1964.

Porém com o golpe militar, as forças políticas e autoridades municipais divulgaram um documento ao povo pedindo que este permanecesse em calma e atento apenas as ordens das autoridades competentes, pois “reina a mais perfeita ordem e tranquilidade em todo o município de Frederico Westphalen”.⁴⁰

Por conseguinte, no dia e de abril o prefeito João Muniz Reis divulgou uma nota ao povo dizendo.

As gloriosas forças armadas do Brasil, fiéis à sua missão de mantenedoras da Constituição e das Leis, restabeleceram a paz e a tranqüilidade do povo brasileiro(...). A população do nosso Município, honesta, pacata, trabalhadora, amiga da ordem e da paz, talvez sem o saber, passou momentos de grave perigo, e isto porque, elementos mal intencionados tramavam o assalto ao governo do Município e a eliminação das autoridades municipais, chefiados pelos chamados “GRUPOS DOS ONZE”, organização de caráter comunista existente nesta terra.⁴¹

Percebe-se aqui que estavam tensas as relações com os militantes do PTB e brizolistas. Seja por causa do clima de efervescência popular gerado em torna das reformas de base, seja por resquícios do pleito de 1963. Além do mais, o PTB estava fora tanto do governo municipal como estadual, e agora perdia também o governo federal.

Com o golpe militar e a instauração da ditadura, ocorreram também em Frederico Westphalen episódios da repressão política a militantes e dirigentes do PTB, acusados de ligações com comunistas e de fazerem parte dos chamados “Grupos dos Onze” ou Comando Nacionalistas. Tais grupos foram idealizados por Brizola quando deputado federal, que conclamava o povo através da Rádio Mairynk Veiga a se organizar para garantir as reformas de base. Szatkoski (2003, p. 148) afirma que estes grupos seriam compostos por onze homens, sendo um líder e desempenhariam um papel de conscientizadores políticos e se necessário, formariam núcleos guerrilheiros. Os objetivos do grupo eram:

Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana e, sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da exploração internacional. (SZATKOSKI, 2003, p. 149).

No dia 22 de maio de 1964 o vereador Ênnio Flores de Andrade (UDN) pronunciou-se na Câmara Municipal destacando a “Revolução Branca” que ocorrera, sendo que na sua visão era para o país se livrar do comunismo e da subversão, em defesa da democracia. “Nesse sentido, o vereador convocava a Comissão de Inquérito para investigar os chefes da corrupção e da subversão do município de Frederico Westphalen, que não teriam sido fiéis em depoimentos anteriores, omitindo o que realmente sabiam sobre os fatos”. (Ibid., 2003, p.

⁴⁰ Proclamação ao Povo de Frederico Westphalen. Frederico Westphalen, 1º de abril de 1964.

⁴¹ Gabinete do Prefeito Municipal. Ao povo de Frederico Westphalen. 3 de abril de 1964.

146). Segundo ele, os líderes da subversão teriam se utilizado de pessoas pouco esclarecidas na formação de tais grupos, que teriam sido organizados no escritório da COTRIFRED, que seria então uma instituição “corrupta e subversiva”. O principal líder seria Vitalino Cerutti, que estaria ligado a Brizola e a políticos comunistas.

O pronunciamento do vereador motivou a realização do IPM (Inquérito Policial Militar) em Frederico Westphalen. O IPM inquiriu líderes do PTB acusados de serem os chefes da subversão, militantes do PTB e PRP acusados de participarem dos grupos dos onze e também ouviu autoridades municipais e elementos representativos locais ligados ao PSD. Todos os cidadãos inquiridos em Frederico Westphalen foram delatados, conforme consta nos documentos, através de denúncia do vereador Ênnio Flores de Andrade, ou citados pelo tenente Heitor, responsável pela Junta Militar local, ou, ainda pelo próprio prefeito municipal, João Muniz Reis, bem como nomes que estavam nas listas para solicitação de recontagem de votos da eleição municipal de 1963, também para organização dos comandos nacionalistas. (Ibid., 2003, p. 160).

Nas referidas listas que seriam remetidas a Brizola, haviam duas menções, o que causava uma confusão em quem assinava, pois estava dando aval a duas ações.

Os abaixo-assinados, trabalhistas e perrepistas autênticos desse município, ainda inconformados com o resultado do pleito de dez de novembro, solicitam a interferência no sentido de recorrer e acompanhar Corte Superior, recontagem urnas apuradas realizadas exclusivamente, elementos adversários antecedida de suborno, coação oficial. Povo sente-se espezinhado, lavrando descontentamento geral, pois sente-se esbulhado vitória líquida e certa de Vitalino Cerutti. Se perdurar atual situação, poderão surgir graves incidentes, motivo de perseguições. Estamos organizando inúmeros “Comandos Nacionalista” visando dar cobertura heróica campanha vossência. (SZATKOSKI, 2003, p. 164).

Aqui está a chave da repressão, uma vez que elementos do PTB e PRP questionaram a lisura do processo eleitoral. Szatkoski (2003, pp. 159-195 passim) cita que os inquiridos negavam a participação em grupos de onze, afirmando que assinaram apenas pedido para recontagem de votos, ou embora tivessem votado em candidatos do PTB não tinham relação com eles. Também era marcante a negação ao comunismo, quando os mesmos afirmavam serem católicos convictos, onde se evidencia a forte influência da Igreja.

Dentre os que sofreriam com a repressão política é possível identificar líderes do PTB, entre eles, Vitalino Cerutti, Diunysio Cerutti, Edgar Marques de Mattos e José Balestrin, entre outros. Estes sofreriam humilhações, pressão política, prisão, desconfiança da comunidade, vigilância e até o exílio voluntário. Szatkoski também cita (2003 pp. 184-190 passim) que alguns agricultores do interior do município, em especial de Pinheirinho, responderiam a

processo de 1964 a 1968 sendo inocentados ao final, acusados de formarem grupos de onze. Eram semi-analfabetos, residiam em redutos eleitorais do PTB e alguns haviam integrado o acampamento do MASTER em Nonoai. Pelos sobrenomes dos envolvidos percebe-se que os mesmos são de origem luso-brasileira e polonesa, ou seja, das camadas populares.

Devido a situação delicada José Balestrin resolveu exilar-se na Argentina, tendo que desfazer-se do Bar Harmonia que havia adquirido e onde a vivência social o levou a se tornar mais interessado por questões políticas. Como ele afirmou, ali era local de ponto de encontro das lideranças locais, “com suas discussões acirradas sobre política nacional e mundial, mostrando assim toda a diversidade intelectual e de costumes, assim era o ambiente, adulto, que fervia política diariamente, destacando ser um reduto puramente Brizolista”. (BALESTRIN apud SZATKOSKI, 2003, p. 208).

Desta forma, além de proporcionar lazer num meio onde as opções eram poucas, o Bar Harmonia desenvolveu também uma função importante na nova fase política e cultural que a cidade estava passando. Ali foram formados grupos de onze, embora o envio dos formulários foram retidos, ficando tais grupos apenas “no papel”. Balestrin afirma que numa eventual resistência haviam recebido instruções de como agir, que seria, (...) tomar o poder municipal, a rádio, a telefonia e a energia elétrica e o telégrafo do correio, postos de gasolina (...). (Ibid., 2003, p. 209).

A justiça absolveu os acusados de líderes do Grupo dos Onze de Frederico Westphalen aos 28 dias do mês de agosto de 1968, por unanimidade dos votos. Concluiu que eles nada mais visavam senão a fortalecer a agremiação política à qual pertenciam, sem criar organismos sujeitos a rígida disciplina, paralelos a partidos políticos e sem qualquer hierarquia semelhante a militar. (SZATKOSKI, 2003, p. 240).

Assim ficou claro que a chave da questão era puramente a rivalidade política que se acentuara com o crescimento e fortalecimento do PTB local. Contudo a autora cita que os acusados sofreram desgastes psicológicos e humilhações saindo debilitados desta relação, e até prejuízo nos seus negócios. Desta forma podemos inferir que houve um enfraquecimento do grupo político ligado ao PTB.

Com o rearranjo político pós-64, as forças políticas liberal-conservadoras ligadas ao PSD-UDN-PDC vão se agregar na ARENA (Aliança Renovadora Nacional), enquanto os trabalhistas vão desembocar no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), embora a relação política destes não ser mais a mesma, visto as principais lideranças trabalhistas estarem exiladas do país devido a repressão.

Nas eleições municipais de 1968, Nerone Campos da ARENA derrotou o radialista Edgar Marques de Mattos do MDB, que contudo, viria mais tarde a ser eleito Deputado Estadual. Vemos assim que em Frederico Westphalen, esta acomodação partidária e as conseqüências da repressão política, permitiram que o mesmo grupo político permanecesse por mais um período no poder, embora composto por uma outra geração de políticos.

CONCLUSÃO

Percebe-se que o padrão do arranjo político local se assemelha e se diferencia do estadual, no período de 1945-1964. Vimos no estado três características: bi-polaridade, alternância e fortalecimento do PTB. Referente ao primeiro, percebe-se que as disputas locais se deram entre PSD e PTB. Porém a alternância não se verificou em Frederico Westphalen, embora nas eleições de 51 o PTB tenha vencido em Palmeira e Irai, sendo cassado neste último. Assim como em nível estadual, verificou-se em Frederico Westphalen um crescimento do PTB a cada eleição, com ápice na conturbada eleição de 1963 – onde o partido teria vencido o pleito.

É notório que para manter-se no poder o PSD tenha lançado mão de meios que não necessariamente traduziam a vontade das urnas, como nas eleições de 51 e 63. Na primeira recorreu com sucesso para cassar o registro e anular a diplomação do prefeito e vereadores trabalhistas em Irai. Já nas eleições de 63 não obteve sucesso na cassação de mandato de vereadores trabalhistas em Palmeira. Referente a Frederico Westphalen, no mesmo ano ocorreu a polêmica eleição municipal que teria sido fraudada em benefício do PSD. Há que se considerar que o PSD vinha perdendo força eleitoral no estado, mantendo-se dominante na região norte onde o PTB vinha se fortalecendo. Era necessário manter a base eleitoral do partido.

Tanto em nível estadual como em nível local a medida que o PTB se fortalecia, aumentava o “antipetebismo” e também o leque anti-PTB com partidos que foram seus aliados em algumas eleições. Nas eleições estaduais o PTB fez alianças com o PSB, PSP e posteriormente com o PRP. Estes partidos passaram a integrar o leque anti-PTB, inclusive o MTR - uma cisão do partido, deixando-o partido sozinho nas eleições de 1962. Nas eleições municipais verificou-se que a medida que o PTB crescia, perdia aliados. Em Palmeira nas eleições de 47 o PTB aliou-se com PRP, UDN e PL e em 51 com PRP e UDN. Já em

Frederico Westphalen nas eleições de 55 e 59 o PTB coligou-se apenas com o PRP e em 1963 tem o PRP dividido como aliado.

Pode-se destacar que as lideranças petebistas constituíam uma espécie de elite que se “propõem” ao poder, como refere-se Bobbio (1986), uma vez que estavam fora dele e faziam parte do jogo político para conquistá-lo, a partir da fundação da cooperativa, do curso ginásial, ou antes ainda na atuação pelos melhoramentos locais. O PTB por meio de suas lideranças estava fortemente ligado ao meio rural. Era um partido de camadas populares, inclusive agregando mulheres. Aparentemente possuía a maior base eleitoral, porém não conseguia traduzir em votos, em parte pelo “bloqueio” criado pelo padre Vitor, João Reis e o Dr. Ênnio, elementos de grande influência local.

Há que se destacar que o acirramento da disputa política se dá a partir do momento que o PTB concentra em sua mão dois grandes motores da economia local: o frigorífico e a cooperativa, consolidando sua base. Esta potência econômica assustou o grupo político hegemônico, que lançou mão de uma campanha de ataques a cooperativa e a direção da mesma. Soma-se a este conflito o polêmico pleito de 63, o movimento pelas reformas de base em torno de Brizola e Jango e a repressão a partir do golpe de 64.

Há que se observar também a baixa votação local de políticos de renome no estado e no país como Getúlio Vargas, Ernesto Dornelles, JK, o que demonstra a fidelidade do eleitorado pessedista. Nomes como Café Filho, Jango e Brizola foram considerados comunistas devido a postura política. Desta forma entende-se o não sucesso nas urnas de Frederico Westphalen em face das pregações anti-comunistas da Igreja.

Fica clara a postura política da Igreja local. Seja pelo Padre Vítor ou pelos padres coadjuvantes. A igreja optou pelo grupo político liderado pelo PSD, denominado de liberal-conservador. Esta opção influenciou e marcou muito o imaginário coletivo, sendo encontrado até hoje uma certa aversão a ideologias e partidos de esquerda, mobilizações populares, movimento sindical, etc. Essa postura da igreja ficou evidenciada no episódio citado por Szatkoski. “Quando foi instaurada a revolução de 64, os sinos da Catedral tocaram, saudando a revolução, numa atitude de concordância e fortalecimento da ditadura que se instalava e para anunciar que o Brasil tinha se livrado dos comunistas”. (2003, p. 162).

Não há dúvidas de que a Igreja, na pessoa do Pe. Vítor foi o principal fator para as sucessivas vitórias do PSD. O padre fazia parte daquele grupo político e estava intimamente ligado a ele. Tinha fortes laços de amizade com João Muniz Reis e com o deputado Tarso Dutra. A mediação política que fazia entre Dutra e os fiéis foi de suma importância para criar na paróquia uma forte base eleitoral do deputado, que conseguia verbas para as obras do

padre, tornando-se “benfeitor de Barril”. Vale destacar que Tarso Dutra estava entre as principais lideranças do PSD no estado.

Se considerarmos o fenômeno “de que a classe política encontra sua própria força no fato de ser organizada, entendendo por organização, tanto o conjunto de relações de interesse que induzem os membros da classe política a coligarem-se entre si e a constituírem um grupo homogêneo (...) (BOBBIO, 1986, p. 386) veremos que haviam conflitos de interesse entre o grupo político dominante. Seja entre o padre, os Sub-intendentes e a Inspeção de Terras. Porém, mesmo assim permaneciam articulados no que tange as alianças políticas, permanecendo no exercício do poder por longo período. Mesmo não sendo católicos convictos, alguns líderes do PSD aceitavam a autoridade do padre devido ao prestígio e poder de influência que este gozava, para contarem com o apoio dele e vice-versa.

Para se identificar com mais clareza quais eram os elementos que de fato faziam parte da elite política, da classe dirigente, quem tomava as decisões, etc. seria necessário uma análise identificando quais grupos de interesse prevaleceram, ou mesmo quem participava nos momentos de decisão, através dos documentos políticos disponíveis. Ou seja, usar o método “decisional”, uma vez que este trabalho deu mais ênfase a reputação que era conferida a alguns elementos.

É notável que determinados setores produziram líderes políticos ou elementos influentes. Podemos destacar sem dúvida a Igreja na figura do padre, o comércio, profissionais liberais como médicos e advogados, funcionários públicos, seja na Sub-intendência ou na Inspeção de Terras, o frigorífico e a cooperativa. Vários destes elementos tiveram grande aceitação e autoridade no meio rural e até estavam diretamente ligados pelas atividades desenvolvidas. Porém, este meio não produziu nenhum elemento que estivesse entre a “elite política”, ou seja, de grande influência.

Quanto as ações da LEC e o antipetebismo da mesma, referente às influências nos resultados eleitorais seria necessário um estudo mais aprofundado para ver até que ponto modificaram o voto dos fiéis. Porém se tratando de um meio altamente católico e contando o padre com forte respaldo e influência, podemos inferir que as ações da LEC contribuíram para se criar uma aversão ao PTB e fazer os fiéis optarem pelo PSD.

Outro estudo a ser desenvolvido seria uma análise dos discursos políticos de Nerone Campos que estão datados e identificados. Este político, professor e intelectual de tradição católica, foi um dos mais influentes no período, sendo um porta voz do grupo político dominante. Poderia ser feito uma análise a respeito da ideologia, da argumentação, dos temas

enfocados pelos mesmos, dos estilos de linguagem e sobretudo de como eram moldados a partir dos acontecimentos históricos e políticos.

Como a região caracterizou-se como pessedista, poderia também ser feito uma comparação com a tendência político-eleitoral do oeste catarinense, região adjacente e situada na outra margem do Rio Uruguai. Esta região catarinense possui características similares, tais como a colonização por imigrantes italianos e alemães, em pequenas propriedades de agricultura familiar e no mesmo período.

Numa seqüência deste estudo poderá também ser analisado a constituição do grupo político ligado a ARENA, que dá continuidade ao situacionismo pessedista. Ou também a tendência política local no período da ditadura militar, que mostrou ser mais favorável ao MDB, sigla na qual vão se agregar os trabalhistas, procurando entender o porque desta inversão na opção do eleitorado local. Ainda pode se analisar a permanência de alguns traços do período estudado na política local. Entre eles a bi-polaridade entre PP e PMDB, herdeiros políticos do PSD e PTB, a pouca expressão local dos partidos de esquerda e a tendência eleitoral favorável ao grupo político originado da ARENA no período democrático pós-88 até os dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANTINO, Antônio Kurtz. *O Mito da Classe Dominante*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1996.

BATTISTELLA, Vitor. *Painéis do Passado*. Frederico Westphalen: Gráfica Marin, 1969.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política (Teoria das Elites)*. Brasília: Ed. UNB, 1986. Pp. 385-391.

DALLA NORA, Helenice A. Derkoski. *A organização sindical rural no Rio Grande do Sul e o surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen (1960-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). UPF- Passo Fundo, 2003.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERIGOLLO, Wilson A. *Rostos e Rastros no Barril. 1954-2004*. Frederico Westphalen: Ed. Pluma, 2004.

GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 7ª ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ª ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil: 1500-1964*. 2ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª ed – Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, José de S. *Os camponeses e política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

NOLL, Maria Izabel. TRINDADE, Héliqio. *Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul. 1945-1994*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995.

RODEGHERO, Carla S. *O Diabo é Vermelho: Imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)*. 2ª ed – Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.

RIZZATTI, Mary Elizabeth Cerutti. *Aspectos Significativos da História de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Ed. Marin, 1996.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *Mons. Vitor Battistella na História de “Barril”*. Passo Fundo: Berthier, 1989.

_____. *Imigração e 4ª Colônia – Nova Palma & Pe. Luizinho*. Santa Maria: Ed. UFSM, 1996.

SPONCHIADO, Breno; SZATKOSKI, Elenice; FRANCISCATTO, Sandra (orgs). *Revista Nossa Senhora Auxiliadora Meio Século de Educação Cristã*. Frederico Westphalen: Propagari, 1997.

SZATKOSKI, Elenice. *A História da Construção da Catedral de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen: Ed. Marin, 1994.

_____. *Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003.

TRINDADE, Hélió. NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul. Partidos e Eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Sulina, 1991.

ZANCHET, Lírio (org). *Revista Catedral Santo Antônio 70 anos de Paróquia*. Frederico Westphalen: Ed. Marin, 2003.

OUTRAS FONTES

Arquivos

Arquivo Histórico Municipal. Frederico Westphalen, RS.

Arquivo Pessoal de Wilson Aleixo Ferrigollo. Frederico Westphalen, RS.

Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai – URI. Frederico Westphalen, RS.

Núcleo de Pesquisa e Documentação Política do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. (www.nupergs.ifch.ufrgs.br).

Fontes Orais

Adjalmo Cerutti - Frederico Westphalen, 22 de maio e 26 de julho de 2005.

André Avelino Favero – Frederico Westphalen, setembro de 2005.

Arlindo Ângelo Cerutti – Frederico Westphalen, 26 de julho de 2005.

Augusto Tagliapietra – Frederico Westphalen, 29 de julho de 2005.

Euclides Argenta – Frederico Westphalen, 28 de julho de 2005.

Fontes Impressas

.
Ao Público. Frederico Westphalen, 11 de setembro de 1948.

Ata de instalação e eleição da Diretoria da Frente Democrática de Frederico Westphalen para a eleição de 8 de novembro de 1959. Frederico Westphalen, 8 de julho de 1959.

Breno A. Sponchiado. *Entrevista com Adjalmo Cerutti*. Centro de Documentação e Pesquisas Históricas – URI. Frederico Westphalen, 22 de agosto de 2001.

Carlos Danilo Quadros. *Política de Frederico Westphalen*. [Diário de Notícias] - Porto Alegre, [1960].

Gabinete do Prefeito Municipal. *Ao Povo de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen, 3 de abril de 1964.

João Muniz Reis. *Declaração*. Frederico Westphalen, 12 de agosto de 1947.

_____. *Protesto contra a exploração que o Sr. Virgínio Cerutti quer fazer com meu nome para a sua campanha política*. Frederico Westphalen, 27 de outubro de 1947.

Nerone Campos. *Discurso para a fundação do Sub-Diretório do PL em Frederico Westphalen*. 13 de dezembro de 1953.

_____. *Discurso pronunciado na posse dos Vereadores do Município de Frederico Westphalen*. 28 de fevereiro de 1955.

_____. *Carta a Arysoli Martellet*. Frederico Westphalen, 6 de junho de 1959.

_____. *Discurso pronunciado na posse do Prefeito e Vereadores do Município de Frederico Westphalen*. 1º de janeiro de 1960.

_____. [Esclarecimento divulgado na Rádio Luz e Alegria acerca da polêmica travada com Vergínio Cerutti sobre a cooperativa local]. [196-].

_____. *Discurso pronunciado na entrega do título de cidadania honorária a Mons. Vitor Battistella e Tarso Dutra*. 13 de março de 1962.

_____. *Mensagem divulgada pela Rádio Luz e Alegria*. 10 de maio de 1963.

_____. *Pronunciamento de posse como Presidente da Câmara de Vereadores de Frederico Westphalen*. 1º de janeiro de 1964.

Partido Democrata Cristão (Diretório Municipal). *Ofício destinado ao presidente do Partido Trabalhista Brasileiro*. Frederico Westphalen, 16 de agosto de 1963.

_____. *Proclamação ao Povo de Frederico Westphalen*. Frederico Westphalen, 16 de agosto de 1963.

Partido Republicano Liberal. *O Manifesto do Partido Republicano Liberal*. Rio Grande do Sul, 15 de novembro de 1932.

Proclamação ao Povo de Frederico Westphalen. Frederico Westphalen, 1º de abril de 1964.

Reunião do Povo de Frederico Westphalen – fins tratar-se da construção de um ginásio. Frederico Westphalen, 20 de novembro de 1949.

Senhor Governador. Frederico Westphalen, 24 de março de 1964.

Vitor Battistella. *Vergínio Cerutti*. Frederico Westphalen, 1947.

_____. *A verdade a respeito das declarações de conduta feitas a favor de Virginio Cerutti*. Frederico Westphalen, 23 de outubro de 1947.

Wulson Jeovah Lutz Farias. *Com aula inaugural começa Ginásio seu funcionamento*. Diário de Notícias - Porto Alegre, 21 de junho de 1961.

_____. *Sociedade Educacional Transferiu Ginásio para o Estado*. Diário de Notícias - Porto Alegre, 9 de outubro de 1962.

_____. *Fornece a Justiça o resultado do Pleito*. Diário de Notícias – Porto Alegre, 23 de novembro de 1963.

ESTATÍSTICAS ELEITORAIS COMPARATIVAS – 1945 a 1964

1. Eleições para Presidente e Vice-Presidente da República:*

1945 – Palmeira das Missões / Iraí

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
PSD	Eurico Gaspar Dutra	447.517	72,46		88,52
UDN-PL	Eduardo Gomes	110.444	17,89		11,00
PCB	Yeddo Fiúza	50.200	8,13		0,48
	Branco/Nulos/Outros	9.360	1,2		-
	Total	617.512		10.168	

1950 – Palmeira das Missões / Iraí / Três Passos

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
PSD	Christiano Machado	207.613	28,86		45,4
PTB-PSDA-PSP	Getúlio Vargas	346.798	48,21		30,5
UDN-PL-PRP	Eduardo Gomes	147.571	20,51		21,6
	Branco/Nulos/Outros	17.352	2,42		2,5
PSD	Altino A. Marques	208.491	28,98		46,0
PTB-PSDA-PSP	João Café Filho	220.965	30,71		21,8
UDN-PL-PRP	Odilon Braga	158.479	22,03		5,1
	Branco/Nulos/Outros	131.399	18,28		27,1
	Total	719.334		22.676	

1955 – Frederico Westphalen

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
UDN-PDC	Juarez Tavora	302.595	33,49	1.989	53,2
PRP	Plínio Salgado	66.109	7,32	635	17,0
PSD-PTB	Juscelino Kubitscheck	329.562	36,48	599	16,0
PSP	Adhemar de Barros	175.185	19,39	328	8,8
	Branco/Nulos/Outros	29.957	3,32	189	5,1
UDN-PDC	Milton Campos	382.105	42,29	-	61,84
PSD-PTB	João Goulart	423.484	46,87	-	22,51
PSP	Danton Coelho	27.376	3,04	-	2,49
	Branco/Nulos/Outros	70.443	7,80	-	13,15
	Total	903.408		3.740	

1960 – Frederico Westphalen

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
PDC-UDN	Jânio Quadros	541.331	42,84	3.211	47,4
PSD-PTB	Henrique Teixeira Lott	431.497	34,15	2.553	37,7
PSP	Adhemar de Barros	214.963	17,02	504	8,6
	Branco/Nulos/Outros	75.660	5,99	501	7,5
MTR	Fernando Ferrari	557.425	44,12	2.961	43,7
PTB-PSD	João Goulart	472.902	37,42	2.709	40,0
UDN	Milton Campos	143.509	11,36	490	7,2
	Branco/Nulos/Outros	89.615	7,10	609	9,0
	Total	1.263.451		6.769	

OBS: *Votava-se para presidente e para vice-presidente em separado.

Fontes: NOLL e TRINDADE. Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul. 1945-1994. Porto Alegre: UFRGS, 1995. www.nupergs.ifch.ufrgs.br

2. Eleições para Governador do Estado:

1947 – Palmeira das Missões / Iraí

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
PSD-PRP-PCB	Walter Jobim	229.129	41,23		63,2
PTB	Alberto Pasqualini	209.164	37,64		23,3
PL-UDN	Décio M. Costa	105.062	18,91		13,5
	Branco/Nulos/Outros	12.254	2,22		-
	Total	617.512		9.702	

1950 – Palmeira das Missões / Iraí / Três Passos

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
PSD-UDN-PRP	Cylon Rosa	283.942	39,47		61,5
PTB-PSDA-PSP	Ernesto Dornelles	329.884	45,85		29,0
PL	Edgar Luiz Schneider	80.798	11,23		6,3
	Branco/Nulos/Outros	24.710	3,45		3,2
	Total	719.334		22.676	

1954 – Iraí e Palmeira das Missões

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	% Votos Iraí	% Votos Palmeira
FD	Ildo Meneguetti	386.821	46,17	55,0	52,2
PTB	Alberto Pasqualini	356.183	42,51	35,1	34,1
PRP	Wolfran Meltzer	71.110	8,48	9,8	13,5
	Branco/Nulos/Outros	23.641	2,87	-	0,2
	Total	837.755		4.892	14.508

1958 – Frederico Westphalen

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
FD	Walter Perachi de Barcelos	500.944	41,26	3.198	49,8
PTB-PRP	Leonel de Moura Brizola	670.003	55,18	3.125	48,7
	Branco/Nulos/Outros	43.147	3,56	99	1,5
	Total	1.214.094		6.422	

FD: PSD-UDN-PL

1962 – Frederico Westphalen

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
ADP	Ildo Meneguetti	502.356	37,10	3.914	50,3
PTB	Egydio Michaelson	480.131	35,46	2.448	31,4
MTR	Fernando Ferrari	290.384	21,45	1.066	13,7
	Branco/Nulos/Outros	80.826	5,99	357	4,6
	Total	1.353.697		7.785	

ADP: PSD-PL-PRP-PDC-UDN

Fontes: NOLL e TRINDADE. Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul. 1945-1994. Porto Alegre: UFRGS, 1995. www.nupergs.ifch.ufrgs.br

3. Eleições para o Senado Federal:

1945* – Palmeira das Missões / Iraí

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
PSD	Getúlio Vargas	461.913	38,53		44,5
PSD	Ernesto Dornelles	460.113	38,38		44,5
UDN-PL	Joaquim Luiz Osório	95.794	7,99		5,3
UDN-PL	Francisco Maciel Jr.	95.154	7,94		5,3
PCB	Luís Carlos Prestes	37.033	3,09		0,2
PCB	Álvaro Moreira	35.033	2,92		0,2
	Branco/Nulos/Outros	13.511	1,15		-
	Total	617.512		19.850	

1947 – Palmeira da Missões / Iraí

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
PSD	Oswaldo Vergara	155.329	27,95		49,1
PTB	Joaquim Salgado Filho	195.658	35,21		25,8
UDN-PL	João Carlos Machado	85.338	15,36		12,9
PRP	Felix Contreiras Rodrigues	43.436	7,82		11,7
PCB	Álvaro Moreira	35.033	2,92		0,4
	Branco/Nulos/Outros	47.298	8,51		-
	Total	555.609		8.577	

1950 – Palmeira das Missões / Iraí / Três Passos

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
PRP-PSD-UDN	Plínio Salgado	244.769	34,02		55,5
PTB-PSDA-PSP	Alberto Pasqualini	343.741	47,78		29,6
PL	Décio M. Costa	88.614	12,31		6,9
	Branco/Nulos/Outros	42.210	5,89		8,1
	Total	719.334		22.676	

1954* – Palmeira das Missões e Iraí

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	% Votos Iraí	% Votos Palmeira
FD	Arnaldo Pereira Câmara	402.438	24,01	32,8	34,7
FD	Daniel Krieger	383.010	22,85	30,7	32,5
PTB	João Goulart	346.198	20,66	18,2	18,9
PTB	Ruy Victorino Ramos	299.188	17,85	13,4	13,8
PRP	Nestor C. Rodrigues	60.814	3,62	5,0	-
PSP	Tasso Bolívar Corrêa	6.892	0,42	-	0,1
	Branco/Nulos/Outros	88.485	10,59	-	-
	Total	719.334		8.840	24.114

FD: PSD-UDN-PL

1958 – Frederico Westphalen

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
PTB-PRP	Guido Fernando Mondim	617.385	50,85	3.095	48,2
FD	Carlos de Brito Velho	494.316	40,71	3.029	47,2
PR	Gabriel Pedro Moacyr	21.237	1,76	35	0,6
	Branco/Nulos/Outros	81.156	6,68	166	2,7
	Total	1.214.094		6.422	

FD: PSD-UDN-PL

1962* – Frederico Westphalen

Partidos	Candidatos	Votos Estado	% Votos Estado	Votos Local	% Votos Local
ADP	Daniel Krieger	617.385	50,85	4.002	25,7
ADP	Mem de Sá	617.385	50,85	3.936	25,3
PTB	José Mariano F. Beck	493.316	40,71	2.723	17,5
PTB	Antônio Brochado da R.	494.316	40,71	2.548	16,4
	Branco/Nulos/Outros	513.912	18,97	2.361	15,2
	Total	1.214.094		15.570	

ADP: PSD-PL-PRP-PDC-UDN

OBS: *Cada eleitor sufragava dois votos.

Fontes: NOLL e TRINDADE. Estatísticas Eleitorais Comparativas do Rio Grande do Sul. 1945-1994. Porto Alegre: UFRGS, 1995. www.nupergrs.ifch.ufrgs.br

4. Eleições para Prefeito e Vice-Prefeito Municipal:*

1947 – Palmeira das Missões

Partidos	Candidatos	Votos	% Votos
PSD	Pompílio Gomes Sobrinho	5.684	
PTB-PRP-UDN-PL	Vergínio Cerutti	1.248	
	Branco/Nulos		
	Total		

1951 – Palmeira das Missões

Partidos	Candidatos	Votos	% Votos
PTB-UDN-PRP	Josino de Moura Assis	Ñ disponível	
PSD-PL	Alarico Leite do Amaral	Ñ disponível	
	Branco/Nulos		
	Total		

1955 – Frederico Westphalen

Partidos	Candidatos	Votos	% Votos
PSD-PL-UDN	João Muniz Reis	2.193	58,6
PRP-PTB	Ivone Martini	1.491	39,8
	Branco/Nulos	58	1,6
UDN-PSD-PL	Enio Flores de Andrade	2.176	58,1
PTB-PRP	Flodoaldo da Cruz Neto	1.486	39,7
	Branco/Nulos	80	2,2
	Total	3.742	

1959 – Frederico Westphalen

Partidos	Candidatos	Votos	% Votos
PSD-UDN-PL	Arisoly Martelet	3.435	
PTB-PRP	Vergínio Cerutti	2.905	
	Branco/Nulos		
UDN-PSD-PL	Enio Flores de Andrade	3.637	
PRP-PTB	Henrique Caovila	2.712	
	Branco/Nulos		
	Total		

1963 – Frederico Westphalen

Partidos	Candidatos	Votos	% Votos
PSD-UDN-PDC	João Muniz Reis	4.113	
PTB-PRP	Vitalino Cerutti	4.103	
	Branco/Nulos		
PSD-UDN-PL	Augusto Tagliapietra	3.123	
PRP-PTB	Henrique Caovila	2.818	
	Branco/Nulos		
	Total		

1968 – Frederico Westphalen

Partidos	Candidatos	Votos**	% Votos
ARENA	Nerone Campo Mocelin	3.206	49,8
MDB	Edegar Marques de Mattos	3.113	48,4
	Branco/Nulo	107	1,6
	Total	6.426	

OBS: *Votava-se para prefeito e vice-prefeito em separado. **Votação total do partido. Cada partido apresentava mais de um candidato à maioria via sub-legenda. Consta o nome dos candidatos mais votados de cada partido.

Fonte: FERIGOLLO. Rostos e Rastros no Barril. 1954-2004. Frederico Westphalen: Pluma, 2004.

5. Eleições para a Câmara Federal e Assembléia Legislativa:

1945 – Palmeira das Missões / Irai (Câmara Federal)

Partidos	Votos no Estado	% Votos Estado	Votos Locais	% Votos Locais
PSD	388.872	63,45		74,0
UDN	58.459	9,53		9,1
PTB	40.085	6,54		8,4
PRP	21.205	3,47		4,2
PL	51.324	8,37		3,9
PCB	38.713	6,32		0,4
Branco/Nulos	14.161	2,32		-
Total	617.512		9.971	

1947 – Palmeira das Missões / Irai (Assembléia Legislativa)

Partidos	Votos no Estado	% Votos Estado	Votos Locais	% Votos Locais
PSD	170.786	30,73		54,4
PTB	171.605	30,88		21,7
PRP	46.783	8,42		13,9
UDN	47.280	8,50		5,0
PL	54.832	9,86		4,3
PCB	32.005	5,76		0,5
Branco/Nulos	32.318	5,85		0,3
Total	555.609		9.521	

1950 – Palmeira das Missões / Irai / Três Passos (Câmara Federal)

Partidos	Votos no Estado	% Votos Estado	Votos Locais	% Votos Locais
PSD	225.129	31,9		45,1
PTB	296.421	41,20		26,9
PRP	48.728	6,77		15,2
UDN	858	0,13		3,6
PL	54.195	7,53		3,5
PSP	11.329	1,57		1,4
Branco/Nulos	30.987	4,31		4,2
Total	719.334		22.676	

1950 – Palmeira das Missões / Irai / Três Passos (Assembléia Legislativa)

Partidos	Votos no Estado	% Votos Estado	Votos Locais	% Votos Locais
PSD	209.404	29,11		45,6
PTB	250.108	34,76		25,2
PRP	53.861	7,48		16,2
PL	70.343	9,77		4,5
UDN	53.423	7,42		2,3
PSP	26.165	3,63		1,9
PSB	12.867	1,78		0,1
Branco/Nulos	43.163	6,05		4,3
Total	719.334		22.676	

1954 – Palmeira das Missões e Irai (Câmara Federal)

Partidos	Votos no Estado	% Votos Estado	% Votos Palmeira	% Votos Iraí
PSD	232.007	27,69	42,5	53,2
PTB	338.892	40,45	33,7	34,6
PRP	70.346	8,39	12,9	8,7
PL	93.811	11,19	8,3	3,0
UDN	39.117	4,68	2,0	0,2
PSP	10.785	1,29	0,5	0,3
PSB	15.728	1,88	0,1	-
Branco/Nulos	37.069	4,43	-	0,1
Total	837.755		14.407	4.813

1954 – Palmeira das Missões e Iraí (Assembléia Legislativa)

Partidos	Votos no Estado	% Votos Estado	% Votos Palmeira	% Votos Iraí
PSD	206.928	24,70	38,2	49,6
PTB	312.957	37,35	35,9	33,4
PRP	61.218	7,30	12,2	8,7
PL	107.209	12,79	10,1	7,0
UDN	52.739	6,29	2,7	0,9
PSP	30.048	3,58	0,6	0,3
PSB	23.664	2,82	0,2	-
Branco/Nulos	42.982	5,08	0,1	0,2
Total	837.755		14.364	4.822

1958 – Frederico Westphalen (Câmara Federal)

Partidos	Votos no Estado	% Votos Estado	Votos Locais	% Votos Locais
PSD	288.287	23,74		46,7
PTB	602.925	49,66		35,8
PRP	63.932	5,26		9,7
UDN	49.182	4,05		3,0
PL	120.912	9,95		1,0
PDC	20.835	1,71		0,2
Branco/Nulos	68.021	5,63		3,6
Total	1.214.094		6.422	

1958 – Frederico Westphalen (Assembléia Legislativa)

Partidos	Votos no Estado	% Votos Estado	Votos Locais	% Votos Locais
PSD	272.779	22,46		39,5
PTB	480.866	39,60		31,1
UDN	67.726	5,57		10,1
PRP	71.928	5,92		9,7
PSP	55.466	4,56		3,2
PDC	39.103	3,22		2,1
PL	145.441	11,97		1,1
Branco/Nulos	80.755	6,7		3,2
Total	1.214.094		6.422	

1962 – Frederico Westphalen (Câmara Federal)

Partidos	Votos no Estado	% Votos Estado	Votos Locais	% Votos Locais
PSD	286.378	21,15		51,2
PTB	554.518	40,91		30,6
ADP	286.155	21,13		9,8
MTR	66.882	4,94		1,9
Branco/Nulos	159.764	11,82		6,4
Total	1.353.697		7.785	

ADP: PL-PRP-PDC-UDN

1962 – Frederico Westphalen (Assembléia Legislativa)

Partidos	Votos no Estado	% Votos Estado	Votos Locais	% Votos Locais
PSD	236.527	17,47		37,8
PTB	481.690	35,58		31,9
PDC	90.749	6,70		9,4
PRP	79.071	5,84		7,1
UDN	63.488	4,68		3,8
MTR	102.294	7,55		1,1
PL	125.614	9,27		1,0
PSP	21.242	1,56		0,2
ARS	33.135	2,46		-
Branco/Nulos	119.932	8,89		7,7
Total	1.353.697		7.785	

6. Eleições para a Câmara de Vereadores:

1955* – Frederico Westphalen

Partidos	Votos	% Votos	Cadeiras
PTB-PRP			5
PSD-UDN			3
PL			1
Branco/Nulos			
Total	3.742		9

1955 – Frederico Westphalen

Partidos	Votos	% Votos	Cadeiras
PSD-UDN	2.147	58,6	6
PTB	943	25,7	2
PRP	482	13,1	1
Branco/Nulos	88	2,4	
Total	3.660		9

1959 – Frederico Westphalen

Partidos	Votos	% Votos	Cadeiras
PSD			3
PTB			3
UDN			2
PRP			1
Branco/Nulos			
Total			9

1963 – Frederico Westphalen

Partidos	Votos	% Votos	Cadeiras
PTB-PRP			4
PSD			3
ADP			2
Branco/Nulos			
Total			9

ADP: UDN-PDC

1968 – Frederico Westphalen

Partidos	Votos	% Votos	Cadeiras
ARENA			5
MDB			4
Branco/Nulos			
Total	6.426		9

OBS: *Devido a emancipação naquele ano, houve uma Câmara com mandato de 10 meses.

Fonte: FERIGOLLO. Rostos e Rastros no Barril. 1954-2004. Frederico Westphalen: Pluma, 2004.

7. Votação nominal para Deputado Estadual:

1954 - Iraí

Partido	Candidato	Votos	% Votos Locais	Peso Município
PSD	Lauro Leitão	2.324	46,1	43.6
PTB	Eurico Nunes Silva	1.125	22,3	74.7
PRP	Alexandre Presatto	185	3,6	10.8
PL	Edmundo Gardolinski	180	3,5	6.5

1954 – Palmeira das Missões

Partido	Candidato	Votos	% Votos Locais	Peso Município
PSD	Pompílio G. Sobrinho	4.955	33,6	80.9
PTB	Josino de Q. Assis	4.221	28,6	92.0
PL	Amadeu Weinmann	803	5,4	19.4
PRP	Axel Tornquist	667	4,5	84.8

1958 – Frederico Westphalen

Partido	Candidato	Votos	% Votos Locais	Peso Município
PSD	Lauro Leitão	1.428	22,2	15.0
PTB	Zaire Nunes Pereira	1.002	15,6	7.2
PSD	Luciano Machado	862	13,4	14.0
PTB	Josino Assis	718	11,1	14.7
UDN	Vercedino Camargo	635	9,89	49.9
PRP	Aristides R. Milano	309	4,81	14.7

1962 – Frederico Westphalen

Partido	Candidato	Votos	% Votos Locais	Peso Município
PSD	Augusto Muniz Reis	2.692	34,5	47.1
PTB	Wilmar C. Taborda	1.635	21,0	19.2
PRP	Alberto Hoffmann	440	5,6	3.6
PDC	Nelson Marchezan	436	5,6	5.6

8. Votação nominal para Deputado Federal:

1954 - Iraí

Partido	Candidato	Votos	% Votos Locais	Peso Município
PSD	Tarso Dutra	2.537	50,4	8.0
PTB	Leonel Brizola	669	13,2	0.6
PRP	Luiz Compagnoni	274	5,4	1.2

1954 – Palmeira das Missões

Partido	Candidato	Votos	% Votos Locais	Peso Município
PSD	Hermes P. de Souza	5.544	37,6	18.5
PTB	Leonel Brizola	3.541	24,0	3.4
PRP	Luiz Compagnoni	864	5,8	4.0
PL	Lucídio Ramos	731	4,9	14.8

1958 – Frederico Westphalen

Partido	Candidato	Votos	% Votos Locais	Peso Município
PSD	Tarso Dutra	2.911	45,3	5,4
PTB	Fernando Ferrari	1.129	17,5	0,7
PTB	Humberto Gobbi	396	6,1	3,1
PRP	Alberto Hoffman	340	5,2	1,0

1962 – Frederico Westphalen

Partido	Candidato	Votos	% Votos Locais	Peso Município
PSD	Tarso Dutra	3.499	44,9	6,1
PTB	Zaire Nunes Pereira	938	12,0	3,9
PTB	Antonio Bresolin	658	8,4	3,6
PTB	Humberto Gobbi	495	6,3	4,9
ADP	Pedro Affonso Anschau	438	5,6	1,5

Fonte: www.nupergrs.ifch.ufrgs.br

OBSERVAÇÕES:

1. As percentagens são feitas em relação ao número de votantes.
2. A tabela está organizada por ordem decrescente das forças políticas locais, para facilitar a percepção da tendência político-eleitoral regional e local.
3. Até 1955 constam dados de Palmeira das Missões e Irai, visto que Frederico Westphalen emancipou-se naquele ano, desmembrando parte dos dois Municípios.
4. Alguns dados como votação por candidatos no município não foram localizados, bem como não há dados completos sobre as eleições municipais.